MANIFESTO

Por um Instituto Federal Baiano
autônomo, participativo, transparente e sem medo!

Não sois máquinas! Homens é que sois! 1

Estamos em um momento de intensa disputa em nosso instituto. Porém, é preciso afirmar que essa instituição é um bem precioso e que, em seus anos de existência, muitos enfrentamentos foram necessários. Esse histórico nos impõe um enorme desafio: o da continuidade desse movimento.

Em tempo de perdas e retiradas de direitos, bem como ataques desmedidos e concretos à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, e do desmonte do serviço público, urge que nos apresentemos ao conjunto dos setores democráticos da sociedade e do IF Baiano para construir as bases de uma outra Sociedade e um outro Instituto Federal Baiano.

O IF Baiano tem sua origem baseada no "aprender a fazer e fazer para apreender" era a estrutura de suporte às antigas Escolas Agrotécnicas Federais com Unidades de Ensino e produção (UEP'S), que produziam e comercializavam produtos, técnicas de produção para as fazendas da região, assim como as antigas Escolas Médias de Agropecuária Regional - EMARC's. Foi justamente esse viés que dificultou práticas participativas e reproduziram traços autoritários.

O Instituto Federal Baiano, eivado com os resquícios da tradição oligárquico-coronelista, tem vivido um processo de profunda fragmentação, precarização e autoritarismo, que, por vezes, ao revelar-se como uma frágil instituição democrática, nos faz acreditar que o projeto de Instituto Federal Baiano ainda não se concretizou.

A ousadia, a coragem e a extraordinária capacidade de luta dos seus Estudantes, Técnicos Administrativos e Professores, nos levam a acreditar que ainda é possível transformar o IF Baiano em uma instituição de ponta no ensino, pesquisa e extensão, referenciada socialmente, que articule as necessidades sociais às necessidades que a Rede Federal de Ensino requer para alcançarmos elevado patamar de inserção social, regional, local, articulada ao desenvolvimento nacional.

Entretanto, a estrutura de poder viciada, oligárquica e autoritária, da qual a história e a trajetória nos tornaram vítimas, e a atual conjuntura temerosa que nos arrebata com retrocessos, nos impõe a tarefa de, coletivamente, travarmos enfrentamentos para podermos sonhar com a construção das condições de possibilidades de outro IF Baiano.

Em 2010, com a chegada de muitos servidores/as concursados/as, a partir do processo de expansão da Rede Federal, o IF Baiano teve seus quadros renovados. Um novo IF Baiano se projeta no campo das ideias. Isso tudo faz com que uma nova concepção de escola comece a se construir e, por consequência, uma força de resistência começa a contestar a gestão que, até então, continua assentada na tradição oligárquico coronelista. A partir de 2010, o movimento sindical de base do IF Baiano começa a se fortalecer a partir da reorganização do SINASEFE (Não podemos permitir que a nossa história seja omitida!).
Em 2011, vivíamos em plena expansão da Rede Federal de Ensino e, a partir da organização dos trabalhadores e trabalhadoras em nossas assembleias de base, construímos uma pauta de luta local que circulava em torno de cinco grandes eixos: Gestão Democrática; Capacitação dos Servidores; Regime de Trabalho dos Servidores; Progressão Docente; Infraestrutura e equipamentos para os *campi*. Reivindicávamos, ainda, a publicização da pauta das reuniões do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior do IF Baiano, bem como das reuniões locais com Direções e Coordenações nos Campi, além de:

- **Eleições para os *campi* novos;**

[1] Extraído do "Último Discurso", da obra "O Grande Ditador" de autoria de Charles Chaplin.

- **Transparência nas comunicações internas e externas;**
- **Lista de e-mail com todos os servidores, onde seriam discutidas e divulgadas as questões administrativas e pedagógicas do Instituto, pois a comunicação no IF Baiano era precária;**
- **Transparência orçamentária e financeira em relação aos anos 2011 e 2012;**
- **Obrigatoriedade da reitoria em arcar com as despesas e com os deslocamentos dos servidores para perícias e juntas médicas;**
- **Apuração de todos os casos de denúncias de assédio moral;**
- **Temas relativos à progressão docente, com vias à Normatização de Atividade Docente;**
- **Carga horária de 30 horas para os TAE;**
- **Concursos com critérios transparentes para as redistribuições e remoções, dentre outros, foram nossas bandeiras locais.**

Após mais de oitenta dias em greve, a luta coletiva no IF Baiano nos assegurou avançar em alguns pontos. No entanto, também nos permitiu, infelizmente, experimentar na prática o seu caráter mais arcaico, oligárquico, autoritário e as suas ações mais próximas do ranço coronelista ainda latente em nosso instituto.

O clamor da coletividade gritava por democratização e a luta coletiva transformou-se em conquistas expressas no primeiro acordo de Greve de 2011:

- **Comprometimento da reitoria do IF Baiano em orientar que as direções dos campi, o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior divulgassem com antecedência as reuniões de suas respectivas pautas, bem como os documentos comprobatórios (atas e relatórios) das decisões tomadas;**
- **A criação de uma lista de e-mails, com a participação dos (as) servidores (as), com o objetivo de discutir e divulgar as questões pertinentes ao funcionamento administrativo e pedagógico do Instituto;**
- **Divulgação ampla nos campi dos projetos em curso na instituição;**
- **Divulgação das informações pertinentes à implementação dos cursos EAD, permitindo, assim, que os campi realizassem discussões sobre o tema e sua relevância para o contexto de cada campus, evitando que houvesse uma imposição da Reitoria descolada das especificidades de cada local;**
- **Criação de Grupos de Trabalho – GT, com composição de cinco (5) servidores dos campi, seis (6) da Reitoria, e um (1) representante do SINASEFE, com o objetivo de elaborar uma proposta de Resolução, definindo as instâncias democráticas de decisão e deliberação dos campi e da própria administração central do Instituto;**
- **Apresentação do balanço imediato das obras que estavam sendo realizadas nos campi;**
- **Divulgação ampla do orçamento executado em 2011 e o previsto para o ano de 2012 da Reitoria e dos campi;**
- **Elaboração, em conjunto com os servidores e direções dos campi, dos planos diretores de cada campus;**
- **Fora acordado que toda área e estrutura física dos campi, bem como seus equipamentos, serão de uso exclusivamente coletivo;**
- **Elaboração de uma resolução que estabelecia critérios para pagamento de diárias e sua distribuição para participação em eventos e cursos de capacitação;**
- **Acordado a elaboração, com ampla participação da comunidade, de critérios transparentes e objetivos para as redistribuições e remoções - o que nunca foi cumprido;**
- **Comprometimento da Reitoria em apurar todos os casos de assédio moral, o que também, apesar de acordado, nunca foi realizado, pelo contrário - nesse período, inúmeros PAD's são instaurados para perseguir os servidores que buscavam o direito de receber o auxílio transporte;**
- **Instituiu-se o grupo de trabalho para implementar o regime de 30 horas semanais para todos os técnicos-administrativos;**
- **Institui-se o grupo de trabalho para regulamentar a atividade docente, o que originou a NAD – Normatização da Atividade Docente –, que limita a carga horária docente em sala de aula a 16 horas-aula, no máximo, para carga horária de 40 horas semanais, e, no máximo, 8 horas-aula para carga horária de 20 horas semanais, com o teto de 3 ementas e carga horária para as atividades administrativas, de pesquisa, de extensão, de representação, horário especial para servidor-estudante.**

Em que pese vários pontos do acordo não terem sido concretizados, a apresentação da pauta local demonstra a força do movimento e sua disposição em lutar por melhores condições de trabalho e por uma

educação pública, gratuita e socialmente referenciada. Na pauta nacional, durante uma greve forte da categoria, que surgiu das decisões e construção das bases - sendo a primeira desde a criação dos Institutos Federais -, os trabalhadores (as) da Educação Pública dos IFET`s de todo o país estiveram nas ruas, exigindo respeito, valorização profissional, reajuste salarial, Plano de Carreira, carga horária de 30 horas, Progressão Docente etc.

Vê-se surgir, assim, uma demonstração de união e força, visibilizando o poder que temos em nossas mãos, exprimindo a nossa capacidade de balançar as estruturas e modificar os rumos desta política incoerente, oligárquica-coronelista que se praticava naquela ocasião no IF- Baiano, e que ainda nos assombra nos dias atuais. Foi denunciada, durante os 88 dias de greve, a situação precária na maioria dos Institutos Federais por todo o país, além dos baixos e achatados salários dos trabalhadores (as) da Educação Pública Federal.

Havia uma especificidade em nosso Instituto que não era respeitada nem levada em conta pela reitoria, nem mesmo apreciada pelo Conselho Superior daquele período. O caso da Resolução 013/2011, que impôs o *corte* e *descontos* dos auxílios-transporte, o que demonstrava muito bem a necessidade de estarmos renovando aquele Conselho, que se omitiu e aprovou, de forma degradante, uma resolução contra um direito consagrado do trabalhador, um ato de autoritarismo e subserviência à reitoria.

Dentre tantas contradições que marcaram aquela gestão da reitoria em 2011, precisamos demarcar as práticas que combatíamos:

- **Não havia linha regular de ônibus na maioria dos campi, mas houve cortes no pagamento do auxílio-transporte, garantido em lei!;**
- **Havia diversos especialistas, mestres e doutores nos campi, mas não havia uma política de valorização docente, nem mesmo a progressão que já era um direito previsto em lei!;**
- **Havia um enorme espírito de solidariedade entre os (as) educadores (as), porém, havia também uma perniciosa política imoral, de assédio e perseguição, terror e ameaças causadas por PAD's, fundadas em denúncias apócrifas e anônimas. Algumas dessas práticas sobrevivem, como a que busca amparo nos pareceres da Procuradoria Federal para negar direitos e perseguir os servidores e servidoras.**

Por conta dessa política altamente contraditória que precariza as relações de trabalho numa instituição como a nossa, nos dispomos a lutar pelas causas dos (as) servidores (as) e seus direitos, e por isso nos candidatamos ao pleito de 2012-2014 do CONSUP pelo segmento docente. Na ocasião, expressamos os princípios que defendíamos, e ainda defendemos, através da Carta de Princípios intitulada "A Luta não Pode Parar!"[2].

Para que pudéssemos construir um novo Conselho Superior, não só em roupagem, mas com a inserção de práticas que visavam edificar um Conselho Superior forte e com trabalhadores e trabalhadoras valorizados (as), respeitados (as) dentro de princípios democráticos, defendemos:

- **A discussão prévia e a-posteriori das pautas e temáticas das reuniões do CONSUP;**
- **A leitura da Ata, com as bases, a cada convocação do Conselho Superior;**
- **Defesa da garantia do direito a auxílios-transporte para todos os (as) servidores (as), independente das distâncias geográficas de suas residências, como afirma a Lei;**
- **Luta intransigente contra o famigerado ponto eletrônico;**
- **Combates às políticas que se sustentam a partir de assédios morais;**
- **Defesa radical do direito à progressão funcional por titulação;**
- **Combate à política neoliberal de mercantilização da educação no nosso Instituto que agora resolveu intitular os ocupantes de cargos da reitoria de "gerentes";**
- **Pela retomada da autonomia política dos campi;**
- **Luta pela descentralização do poder exacerbado nas mãos da reitoria e pela desburocratização política da reitoria e dos campi;**
- **Pela não proliferação de PAD´s nos campi, responsável pelo espírito de terror que tomava conta dos (as) trabalhadores (as) docentes e técnicos, oriundos muitas vezes de denúncias apócrifas e anônimas,**

[2] Carta de Princípios: A Luta Não Pode Parar!, de 23 de novembro de 2011.

causadoras de transtornos emocionais e morais que influenciam de sobremaneira o desempenho do trabalho dos (as) servidores (as);

- **Pela defesa da educação pública gratuita e socialmente referenciada com a classe trabalhadora brasileira e com o desenvolvimento soberano do país: por uma educação verdadeiramente classista;**
- **Contra o abandono lamentável dos campi; pela defesa da lei que garante o direito à insalubridade dos (as) trabalhadores (as);**
- **Em defesa da abertura de diálogos constantes entre a reitoria e os representantes sindicais, pois os sindicatos representam sim os (as) trabalhadores (as);**
- **Pela efetividade da jornada de trabalho de 30 horas semanais para os (as) Técnico-Administrativos;**
- **Por maior transparência nos processos de redistribuição/remoção dentro do Instituto. Enfim, por uma política que não precarizasse as condições de trabalho e de vida dos (as) educadores (as).**

Desde então, lutávamos por um Conselho Superior do IF Baiano que, em suas orientações e deliberações político-administrativas, não se esquivasse de realizar o bom debate, orientado pelo bom senso, pois este jamais poderia se tornar uma "ilha política" e se abster de fazer sérias exigências à Reitoria, ao Governo Federal, ao Ministério da Educação, ao Ministério do Planejamento, e tomar decisões que favorecessem a construção de um **IF Baiano autônomo, democrático, participativo e sem medo,** que privilegiasse o conteúdo objetivo que constitui a sua finalidade institucional: o ensino, a pesquisa e a extensão com qualidade socialmente referenciada.

Lutávamos por um Conselho Superior que não seguisse o exemplo de outros Institutos Federais em tomar medidas administrativas favoráveis ao império legal, como por exemplo, a demanda reprimida das progressões funcionais, auxílios-transporte, contratação de professores, a jornada de 30 horas para os TAE, a insalubridade, a abertura de diálogo com o sindicato, etc.

O Conselho Superior, para ser forte, **precisava ser transparente e democrático**, isto é, com discussões prévias de suas pautas por todos os *campi* do IF Baiano, para que as bases pudessem ser ouvidas, atendidas em suas demandas. Essas necessidades marcaram o pleito que nos dispusemos a participar em 2011 e, ainda hoje, se apresentam como um nó a ser desatado por todos (as) nós. Só com uma gestão autônoma, participativa, com amplo debate democrático, que respeite a diversidade de posições políticas e epistêmicas no IF Baiano, haveremos de superar esse imbróglio.

Naquele momento, precisávamos da reformulação democrática da constituição (Estatuto) do Conselho Superior e de seus regimentos. E essa discussão não poderia ficar restrita apenas aos (as) Conselheiros (as) eleitos (as), mas precisava envolver toda a base de servidores (as). Era necessário ampliar a participação das bases, principalmente dos novos *campi*, porém, havia muita resistência por parte da reitoria. Assim, fizemos um forte apelo à participação maciça da comunidade para a construção de um Instituto justo, democrático, transparente e comprometido com os valores humanos.

Em 2012, construímos uma pauta de luta nacional e local em 89 dias de greve. Naquele momento, docentes e técnicos-administrativos em educação precisavam de um plano de carreira que incentivasse a permanência desses profissionais no quadro da educação.

Entendíamos que a expansão da Rede Federal, com a criação de novas unidades, não poderia ser realizada às custas das instituições já existentes, promovendo para isso a precarização nas demandas de pessoal, de infraestrutura e de materiais básicos. Crescia a degradação das condições de trabalho, de ensino e de infraestrutura dos Institutos Federais de Educação, dos Centros Tecnológicos Federais e das Universidades Públicas.

Diferentemente dos (as) demais trabalhadores (as) brasileiros (as) que receberam algumas reposições das perdas inflacionárias anualmente em seus salários, os (as) servidores (as) públicos (as) federais em educação amargavam três anos sem nenhuma reposição, resultado da inexistência de uma data-base. Enquanto o governo destinava apenas 3,18% do orçamento para a educação, via-se 47,19% dele ser destinado ao

pagamento de juros e amortizações da dívida pública, por isso, exaltávamos: **"A educação é um investimento estratégico, não um gasto!"**[3]

Em agosto de 2012, o governo federal enviaria a proposta de orçamento de 2013 para o Congresso Nacional, e, passada esta data, estaríamos condenados (as) a ficar até 2014, no mínimo, sem qualquer aumento ou reajuste. Para além disso, precisávamos democratizar nossas Instituições de Ensino, não aceitando a indicação de representantes impostos para ocuparem os cargos da Reitoria, Direções e Conselhos. Havia muitas demandas locais que precisavam ser discutidas junto à comunidade escolar e atendidas por Direções e Reitoria.

No IF Baiano, a Reitoria se colocava de modo intransigente e negava os avanços, que passaram a se concretizar com a greve daquele ano, tais como: as 30 horas dos TAE e a Progressão Docente DI-DII e DII-DIII. Foram necessárias muitas lutas contra a intransigência do reitor. A pauta local apresentava as truculências da Reitoria:

- **Não fazia a Progressão Docente DI-DIII (só na justiça);**
- **Não fazia Progressão nos últimos níveis (só na justiça);**
- **Diversos (as) servidores(as) penalizados (as) em virtude de Parecer Jurídico da Procuradoria da Reitoria em relação ao auxílio-transporte (advertências, suspensões e determinações de devoluções de recursos financeiros etc.);**
- **Não cumpria determinações da Justiça Federal para retomar os pagamentos dos quintos;**
- **Não incluía os 4% na RT no mês de maio de 2012 de acordo com orientação do MPOG;**
- **Problemas sérios de assédio moral, entre outras negativas de direito que afetavam e afetam a concretização de uma educação pública, gratuita e socialmente referenciada pois estão diretamente relacionadas à precarização das condições e do ambiente de trabalho, além de muitos dos pontos constantes da greve de 2011 não terem sido cumpridos e respeitados pela Reitoria, ainda em 2012 continuávamos a ter moderação nos e-mails e desconhecer as pautas das reuniões do Colégio de Dirigentes, pois não havia divulgação e sequer publicização das mesmas.**

No plano local, servidores, servidoras e estudantes do IF Baiano, em conjunto com servidores e estudantes do IFBA, promoveram a ocupação da Reitoria no Imbuí em agosto de 2012, após a assembleia ocorrida no dia 09. Depois da participação no ato unificado com outros (as) servidores (as) federais e estudantes, os (as) servidores (as) realizaram a ocupação da Reitoria, ação que fez parte do conjunto de atividades que foram realizadas desde a deflagração da greve da categoria iniciada em 12 de junho e que se consagrou vitoriosa.

Os ataques sempre foram direcionados aos servidores, servidoras e estudantes, no entanto, é a partir de 2012 que o movimento estudantil no IF Baiano desponta suas primeiras articulações e lideranças em defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada. Já neste ano o movimento apoia e adere ao movimento grevista!

Em 10 de agosto de 2012, foi assinada a Portaria de Progressão Docente pelo reitor do IF Baiano. Em 23 de novembro de 2012, foi também assinada a Portaria 056, concedendo as 30 horas para os Técnicos Administrativos, que, lastimavelmente, foi revogada pela atual Reitoria, representando um dos maiores retrocessos e mais forte ataque aos (as) servidores (as) técnico-administrativos (as). Quando a Progressão e as 30 horas pareciam que não seriam concedidas, o movimento dos (as) trabalhadores (as) foi lá e, de modo organizado, deu esse passo à frente. E assim afirmávamos: "**Quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem**"[4].

Mas nem tudo foi tão tranquilo. Enfrentamos os gestores do IF Baiano, que utilizavam o Pronatec como instrumento de enfraquecimento do movimento, já que os servidores (as) eram forçados (as) a abrir mão de seu direito constitucional para não perder o recebimento da bolsa – o que se configurava como verdadeiro assédio moral denunciado por nós. Esse programa contribuiu muito para a precarização dos Institutos Federais, tendo em vista que se revelava, e ainda se revela, danoso ao Projeto de Formação Integral da Rede Pública Federal de Ensino, pois investe recursos públicos na educação privada. Infelizmente, por uma questão de sobrevivência material, muitos dos (as) nossos (as) companheiros e companheiras são obrigados (as) a se curvarem a esse programa sem realizarem a reflexão necessária quanto ao seu prejuízo à educação pública,

[3] Insígnia do Movimento Sindical.

[4] Fragmento de Rosa Luxemburgo, sem data.

gratuita e socialmente referenciada. Esse programa representa a porta aberta para a entrada do Sistema "S" na Rede Federal.

Para encerrar as lutas de 2012, foram asseguradas aos (as) bravos (as) combatentes docentes e técnico-administrativos (as):

- **Reestruturação do PCCTAE;**
- **Reajustes diferenciados na tabela dos docentes, de 25% a 45%;**
- **Progressão de DI-DII e/ou DIII;**
- **Implantação do Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC e da nova classe de professor titular;**
- **Acesso dos TAE's de todos os níveis de classificação ao cargo de Pró-Reitor;**
- **Retirada da MP 568, que reduzia o salário dos médicos e mudava os critérios e tabelas de concessões dos adicionais de periculosidade e insalubridade;**
- **Reajuste dos auxílios alimentação e saúde;**
- **Criação de 5 (cinco) GT's para TAE's: i) inclusão dos técnicos-administrativos das IFE Militares no PCCTAE; ii) racionalização dos cargos do PCCTAE / Dimensionamento da força de trabalho; iii) terceirizações na Rede Federal de Ensino; iv) democratização das IFE- Acesso ao cargo de Reitor e Diretor Geral assim como, da representação do SINASEFE nos Conselhos Superiores; v) reposicionamento dos aposentados no PCCTAE.**

Em 2013, após uma luta interna que nos fez avançar em alguns pontos, avaliávamos que muito ainda tínhamos para conquistar. Quando apenas uma parte da categoria se sente contemplada, um sentimento de que muita luta ainda é necessária é gerado, como no caso dos TAE, que ficaram sem a conquista das 30 horas.

As manobras perpassavam pelo CONSUP, pois a então gestão, vinculada à velha oligarquia coronelista – que agora em 2017, se arregimenta como se representasse a mudança –, nas palavras de um dos dirigentes da Seção Sindical Santa Inês, onde afirmara no e-mail institucional em 5 de fevereiro de 2013: "*Companheiros, acredito que o Conselho Superior está em débito com a Classe trabalhadora dos Técnicos Administrativos no que se refere a rediscussão da jornada de 30 horas, creio que as demais questões também são importantes, mas não devemos nos esquecer do COMPROMISSO FIRMADO no ATO DE OCUPAÇÃO DA REITORIA, durante o MOVIMENTO GREVISTA do ano passado, no qual ficou acordado que se marcaria reuniões específicas para se tratar deste tema... acontece que já são quase seis meses e ainda não visualizamos um resultado concreto a respeito deste assunto. Tenho certeza que os representantes do campus Santa Inês estão lutando pelo cumprimento dos acordos firmados, gostaria que os demais conselheiros se sensibilizassem na defesa desta bandeira que é de extrema importância na construção do Instituto Federal Baiano*[5]".

Enquanto o CONSUP do IF Baiano engessava as pautas, os conselheiros já propunham que a sua elaboração fosse democrática, pois as mesmas já vinham prontas, e muitas vezes não atendiam às reais demandas do IF Baiano. Cada vez ficava mais claro que o CONSUP estava a serviço de uma máquina oligárquico-coronelista, que levava mais a sério a burocracia para atender às exigências do MEC e do mercado fundiário regional (basta ver as pautas das reuniões daquele período), e esquecia propositadamente, as questões internas que envolviam a educação de fato, as políticas educacionais, a comunidade e os trabalhadores/as da educação (técnicos-administrativos e docentes).

Tínhamos um IF BAIANO para reconstruir e reorganizá-lo devido às consequências de uma expansão da Rede Federal que precarizava a educação, o trabalho e a vida dos trabalhadores. Porém, o sentimento geral era de que seria "preciso uma nova mobilização dos trabalhadores para resolver este assunto". Afirmava-se que isto seria "mais uma estratégia para dividir a classe!! É mais uma estratégia do "PCD - Partido do Colégio de Dirigentes" do IF Baiano: divide-se a classe para desmobilizar, e mantém-se no poder. Em Bonfim isso é costume...[6]".

[5] Presidente da Seção Sindical SINASEFE – Santa Inês.

[6] Presidente da Seção Sindical SINASEFE – Senhor do Bonfim.

Todos lamentávamos que temas tão urgentes fossem deixados para segundo plano. Infelizmente, o que percebíamos era que em vários *campi*, reinava uma espécie de desencantamento devido a algumas questões típicas daquelas gestões autoritárias coronelistas, como por exemplo, o corte generalizado da insalubridade/periculosidade, mesmo nas situações em que laudos não haviam sido conclusivos. Então, o que se estabelecia era que na "dúvida, corta-se primeiro e mais tarde verifica-se" (?). **No IF Baiano, a lógica parecia estar invertida, sempre contra os (as) trabalhadores (as)! O que, infelizmente, persiste!**

Como já apontado, outra questão que se apresentava nos *campi*, era que não se sabia o que se discutia no Colégio de Dirigente - o sentimento era de que se precisava mobilizar cada um dos *campi*, mesmo os que não tinham Seção Sindical. Organizou-se, então, um encontro estadual onde foram feitas convocações via seções sindicais, com uma pauta bem clara e objetiva, mobilizando a Direção Nacional do SINASEFE, pois estávamos diante de questões muito importantes, do ponto de vista dos trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo que convivíamos com grandes omissões por parte dos nossos gestores locais e da Reitoria em muitas das vezes.

O ano de 2013 mal começara, e os problemas, "nossos velhos conhecidos", já demonstravam, claramente, a necessidade de estarmos sempre atentos a toda e qualquer manobra do governo que tenha por finalidade subtrair os direitos da classe trabalhadora. E, acreditem, não eram poucos, e muito menos desprovidos de qualquer intencionalidade, no mínimo, sagaz. Os tais "acordos" foram assinados, no entanto, sabíamos que essa atitude não garantiria que os tópicos acordados seriam cumpridos pelo governo. Por isso, não podíamos descuidar e ser pegos de "calças curtas". **Se a luta promete, vamos a ela!**

Em conjunto com o Andes-SN e a Fasubra, nossos parceiros nos infortúnios, mostramos, mais uma vez, a força da educação quando unida. Iniciamos, junto ao Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Federais, a Campanha Salarial de 2013. Assim, participamos do seminário sobre Negociação Coletiva e Direito de Greve, pois somente poderíamos nos defender se entendêssemos, efetivamente, o que representaria, à classe trabalhadora, mais esse ataque proposto pelo governo da época. Para isso, solicitamos às nossas Bases, que se fizessem presente nas ações dos dias 19 e 20 do mês de fevereiro daquele ano de 2013.

Na ocasião, ocupávamos o local de direção nacional do SINASEFE e organizamos, em praticamente todos os estados, com as demais esferas dos servidores federais, além da classe trabalhadora em geral, a grande marcha à Brasília do dia 24 de abril, quando levantamos, dentre outras bandeiras, a luta contra o Acordo Coletivo Especial[7], uma campanha forte em defesa do direito de greve, e pela revogação da reforma da previdência de 2003, aprovada com votos dos envolvidos no esquema do Mensalão. Isso simbolizaria o fim do FUNPRESP e a retomada da Previdência Pública Social para toda a nossa base do serviço público federal, em especial, os (as) professores (as) e Técnicos Administrativos dos Institutos Federais.

Para nossa categoria, o que se vislumbra é o controle de ponto para os docentes EBTT e ponto-eletrônico para os (as) Técnicos Administrativos: eis a questão! Nos Institutos Federais, a cobrança de controle de frequência para os servidores docentes do Magistério EBTT tem levantado dúvidas acerca da legalidade da ação. Porém, a questão pode ser facilmente solucionada com a análise dos Decretos 1.590/95 e 1.867/96, nos quais, ao Magistério Superior, é dispensado o controle da frequência, o que incluí todas as categorias docentes.

A exceção pode ser encontrada no artigo 6°, parágrafo 7°, do Decreto n° 1.590/95, que esclarece que a jornada de trabalho docente é diferenciada, com especificidades próprias, estranhas a outras categorias profissionais e que impossibilitam o controle de ponto. As particularidades do magistério superior congregam com a docência dos professores do EBTT, pois também ministram aulas regulares e atividades fora do *campus* e em horários contrários, desempenhando funções pedagógicas.

---

[7] Anteprojeto de Lei do Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico – o Acordo Coletivo Especial – formulado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. Este carrega em si as contradições de uma agenda neoliberal proposta já em 1990, espelha de forma imperfeita o PL nº 5.483/01 do governo FHC, que possuía forte apoio empresarial e buscava flexibilizar a legislação trabalhista pela via das negociações coletivas. O ACE, se aprovado, poderia gerar situações mais desfavoráveis que o Projeto de Lei que alteraria o art. 618 possibilitaria, pois propõe modificar os limites das negociações coletivas fazendo prevalecer o negociado sobre o legislado. Infelizmente o que veio ocorrer com a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017).

Há também a prática de pesquisas e extensão, que são pertinentes aos dois magistérios (superior e técnico), fazendo com que controle de presença por sistemas tradicionais, tais como controle mecânico, eletrônico e folha de ponto, sejam inviáveis. Portanto, afirmávamos que, se os (as) servidores (as) (TAE e docentes) sofressem qualquer tratamento diferenciado quanto à cobrança de registro de ponto, deveriam procurar representação sindical para assegurar a continuidade de seus direitos, visto que esta distinção romperia com o princípio da isonomia da Constituição Federal e não seria legítima, visto que seria contraditória a interpretação do disposto no artigo 6°, § 7°, além do artigo 5°, caput, da Constituição.

Realizamos inúmeras mobilizações em defesa da categoria, construímos unidade e usufruímos dos frutos de nossa luta. Localmente recebemos a RSC, sem deixar de permanecer na luta pela RSC para os (as) técnico-administrativos/aposentados (as), e finalizamos a normatização docente etc. No entanto, nas mesas de negociação, o tratamento que nos era reservado pelo governo se configurava como verdadeiro descaso e intransigência. Tudo isso acontecia em conluio entre governo e PROIFES, que resolveu sozinho discutir temas como Tabela Docente EBTT, RSC, entre outros temas que atingiam diretamente nossa carreira. Sabemos que o PROIFES não representa mais do que 3% da categoria e sempre se portava muito mais favorável ao governo do que aos trabalhadores e trabalhadoras. Inclusive cabe destacar que, na greve de 2012, o acordo não foi assinado pelo SINASEFE por apresentar inúmeros prejuízos, à época, ao conjunto dos (as) servidores (as), apenas o PROIFES assinou.

Infelizmente, no IF Baiano, o que já era ruim, acabou ficando pior. Hoje, a despeito daquela época, não houve avanços para o fim do controle do ponto. Naquela gestão, que durou até início de 2014 e tinha como característica marcante os ideários oligárquico-coronelista, não aconteceu o tão esperado fim do controle do ponto, muito menos atualmente, na gestão em curso, que se encerrará no início de 2018. Para piorar, ainda se instituiu, no fim de 2016, o famigerado Boletim Semanal de Atividades.

No início do ano de 2014, há uma tentativa de introjetar o golpe nas eleições no IF Baiano, porém, a comunidade se levanta e grita em defesa da democracia. Independentemente dos resultados das urnas, tornou-se fundamental a defesa pela posse do reitor eleito, caso contrário, deixaríamos prevalecer um precedente muito ruim para a história recente do IF Baiano: **quem ganha nas urnas, perde; e quem perde nas urnas, assume**. A defesa sempre foi realizada em favor do processo democrático que acabara de ocorrer e encontrava-se em vias de estrangulamento. O mês de janeiro de 2014 foi um mês de intensas movimentações e manifestações democráticas no IF Baiano. Nunca o e-mail institucional produziu tanto debate político qualificado, tanto a favor como contrário à posse do reitor eleito.

Entretanto, todo esse processo de luta em defesa da democracia no IF Baiano -movimentando toda a comunidade com dias de greve, trancamento da Avenida Paralela, caravanas dos *campi* rumo à reitoria, plantão na sede da SETEC/MEC em Brasília-DF por parte de companheiros (as) do SINASEFE Nacional – **sofreu um duro golpe, o reitor empossado não demorou para mostrar sua verdadeira face diante de toda a comunidade**:

Em menos de 6 (seis) meses, destruiu qualquer possibilidade da conquista das 30 horas e, sob a alegação de "regulamentação e de ilegalidade", retirou da maioria a flexibilização da jornada que já ocorria em grande parte dos *campi*. Além disso, promoveu uma política ofensiva de implantação de ponto eletrônico.

A Normatização Docente, que em 2013 apresentou um significativo avanço, pois foi uma construção e uma disputa em que a comunidade foi vitoriosa, ao estabelecer limites máximos e mínimos de números de aulas, passou a sofrer grandes ameaças de retrocessos com a possibilidade de ampliação do número de aulas para cada docente, a partir da vontade apenas do nosso dirigente máximo do IF BAIANO. Isto só não se concretizou, devido a luta que se estabeleceu de pronto contra os ataques e intransigência do reitor. E, na contramão das lutas empreendidas pelos servidores e servidoras do IF Baiano, vem inclusive antecedendo práticas da política neoliberal, de cortes e restrições de direitos, como, por exemplo, a mal fadada reestruturação dos PCC's antes mesmo da Reforma do Ensino Médio – Lei 13.415/2017.

Já em 2015, construímos uma pauta de luta nacional e local que reivindicava:

- **A revisão dos Auxílios-Alimentação, Assistência à Saúde e Pré-escola;**
- **Reajuste da Progressão e Promoção;**

- **Alteração de Regime de Trabalho mesmo em Estágio Probatório;**
- **Adicional de difícil lotação;**
- **Redefinição dos critérios de concessão de Auxílio-Transporte;**
- **Criação de Programas de Qualificação.**

No plano local, fizemos um chamado ao CONSUP e à toda comunidade do IF Baiano para um grande ato na Reitoria. As nossas bandeiras naquele momento eram[8]:

- **Pela Flexibilização da Jornada de Trabalho – 30 horas já!;**
- **Não ao ponto eletrônico;**
- **RSC para todos os Técnicos Administrativos e Aposentados;**
- **Não à alteração da Normatização Docente;**
- **Por um Edital de Remoção baseado em critérios objetivos e transparentes;**
- **Imediata publicação do Edital de Apoio à Qualificação de Servidores, com efeitos retroativos à janeiro do corrente exercício, visando a concessão de Bolsas de Estudo para fomento à Capacitação de Pessoal;**
- **Isonomia entre Docentes e TAE's;**
- **Manutenção do caráter público e gratuito dos restaurantes escolares;**
- **Discussão junto à comunidade da Minuta de Acesso ao Nível Professor Titular;**
- **Resposta urgente à comunidade sobre os problemas reais da suspensão do Concurso Público, bem como os valores e os critérios de contratação da empresa FUNRIO para o certame do Concurso público do IF Baiano 2015.**

Se, por aqui, o que prevalecia e ainda prevalece é o modelo de gestão assentado nos termos que mais fala pelo discurso oficial da Reitoria de "eficiência" e "otimização", ambos termos ressignificados há tempos pelo corolário e léxico neoliberal, e portanto, carregados ideologicamente pela Teoria da Administração Moderna de Taylor e Fayol[9] – que centra nos princípios da produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro e da produção em série fordista, o trabalho parcelar e a fragmentação das funções, a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, pela existência de unidades concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do trabalhador-mas-sa, entre outras dimensões –, está gestão estava levando cada vez mais esse Instituto para a centralização do controle do processo de trabalho, que pela natureza de suas atividades, necessita de autonomia para realização, além da burocratização, autoritarismo e aparelhamento pelo governo e CONIF. Avanços e melhoria de qualidade não combinam com perda de direitos e autoritarismo como o que vem sendo demonstrado no CONSUP pelo seu Presidente/Reitor, entre outros.

Se de um lado tivemos um **autoritarismo, perseguições via PAD's, falta de diálogo, assédio moral perpetrado na Reitoria e nos *campi*, retirada das 30 horas, ameaça contra a NAD – Normatização da Atividade Docente –, entre tantos outros ataques locais**, do outro, em abril de 2015, a nossa (re) organização sindical, através da recém-criada **Seção Sindical IF Baiano** (fundada em abril de 2015) alavancou brava resistência, em nível de Instituto, contra a política de austeridade do governo federal que pesa cada vez mais sobre os trabalhadores/as do serviço público e mesmo local em face de todo exposto acima.

---

[8] E-mail institucional de 12 de novembro de 2015.

[9] Taylor estabelece "[...] como princípio geral [...] que, em quase todas as artes mecânicas, a ciência que estuda a ação dos trabalhadores é tão vasta e complicada, que o operário, ainda mais competente, é ineficaz de compreender esta ciência, sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, quer por falta de instrução, quer por falta de capacidade mental insuficiente". E mais: "[...] Em lugar de vigilância desconfiada e da guerra mais ou menos encoberta, características dos sistemas comuns de administração, há cooperação cordial entre a direção e os empregados" (TAYLOR, Fredrerick Winslow, 1856-1915, em P*rincípios da Administração Pública,* 2006, p. 34*).* O Taylorismo-Fordismo é entendido fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-mas-sa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. É importante sinalizar que há outras expressões que se entrecruzam, tais como: neofordismo, neotaylorismo, e pós-fordismo, além das mais recentes transformações como o toyotismo e acumulação flexível (ANTUNES, 2011, p. 24-25).

A conjuntura atual que envolveu o ano de 2016 está vinculado necessariamente aos acontecimentos deste ano de 2017. As denúncias que envolvem o governo golpista e o presidente nacional do PSDB, Senador Aécio Neves, parlamentares da base de aliança do atual governo e a empresa JBS, bem como outros partidos políticos, evidenciavam e ainda evidenciam a necessidade do povo brasileiro tomar as ruas e exigir ELEIÇÕES DIRETAS JÁ. No entanto, tanto Michel Temer quanto demais corruptos do Congresso estão dormindo em berço esplêndido.

O Golpe Parlamentar-Jurídico-Empresarial-Midiático ocorrido no ano passado tinha única e exclusivamente a intenção de retirar a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, para aprovar um conjunto nefasto de "maldades" expressas nas contrarreformas que beneficiam o sistema financeiro, grandes corporações e empresas nacionais e internacionais, passando pelo desmonte do Estado e do serviço público brasileiro, com ataques contundentes à Constituição Cidadã de 1988.

Ao analisar as medidas propostas e aprovadas em novembro do ano passado, a exemplo da PEC 55, atual Emenda Constitucional 95, que amplia as verbas destinadas para alimentar o esquema da dívida pública e que congela por 20 anos os investimentos sociais, - assim como as contrarreformas trabalhista (Lei 13.467/2017) e previdenciária (PEC 287), em tramitação no Congresso Nacional; a Lei da Terceirização Total - Lei 13.429/2017; a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), que arruína o sistema público educacional, que penalizam trabalhadoras e trabalhadores do país - fica evidenciado que o objetivo, desde o início, foi retirar direitos e ampliar o processo de apropriação do fundo público em benefício das elites nacionais e internacionais.

Nós, servidores e servidoras públicos, somos o alvo principal de muitos ataques em andamento e que estão por vir. Um dos principais exemplos desses ataques é o PLS nº. 116/2017, que propõe a "exoneração do servidor público por insuficiência de desempenho", baseado em critérios imprecisos e que foi recentemente, 04 de outubro de 2017, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Nenhuma reação!

Esses ataques fazem parte do recrudescimento no tratamento com nosso setor a partir do conjunto das medidas que já ocorreram ou que estão em andamento como: revogação do Ofício 05/2005, que ataca diretamente o PCCTAE, acabando com as perspectivas de uma racionalização dos cargos, prevista na Lei 11.091/2005; normatização docente (Portaria 17/2016 e Portaria 14/2017 MEC/SETEC); a Reforma do Ensino Médio – Lei 13.415/2017; projeto Escola Sem Partido; entre outros ataques.

Os mais desavisados, que tomaram às ruas no ano de 2016, certos de que estavam lutando para acabar com a corrupção no país, certamente estão sentindo-se enganados e estarrecidos com as revelações da mídia burguesa realizadas ao longo de 2016/2017. O fundamental é entendermos que, nesse momento, a tarefa colocada para o povo brasileiro, para os servidores públicos, é defender os serviços públicos de educação, saúde, segurança, etc., e sobretudo os direitos historicamente conquistados e retirar o presidente impostor e a base parlamentar corrupta que o sustenta.

Além do enfrentamento ao governo golpista e dos efeitos nocivos da PEC 55 (hoje, Emenda Constitucional 95), que já se materializam nos cortes dos orçamentos, inclusive com possibilidade de muitos IFET's fecharem ou sequer abrirem as portas, a exemplo do que já ocorre no IF de Brasília, nos deparamos, internamente, com redução da assistência estudantil, corte no orçamento das IF's, ocasionando demissões de trabalhadores (as) terceirizados (as), redução dos investimentos em bolsas de pesquisa e extensão, o sucateamento dos nossos *campi*, com a restrição ao mínimo de material para seu funcionamento, isso em nível estrutural.

Os ataques internos, em se tratando da política de gestão do IF Baiano, tomam corpo, prioritariamente, através de inúmeras ações. Dentre elas, podemos citar:

- **Processos Administrativos Disciplinares (PAD's), corriqueiramente utilizados como instrumento de punição, muitos insustentáveis em termos de motivos, uma verdadeira "caça às bruxas" que, inclusive, já resultou em demissões de dois servidores e outras severas punições para outros (as) servidores (as), nitidamente desproporcionais;**
- **processos de remoções sem critérios objetivos e transparentes;**

- **ataques a NAD (Normatização da Atividade Docente), ampliando a carga horária de trabalho em sala de aula;**
- **retirada das 30 horas dos TAE's;**
- **publicização no site do IF Baiano do Programa de Demissão Voluntária PDV (MP nº 792/2017), única instituição a fazer a propaganda da política de demissão em massa desse governo golpista, que prejudica os servidores e servidoras, desmonta o Estado e aniquila o Serviço Público Federal.**

Essas arbitrariedades traduzem a política de recursos humanos da atual gestão do IF Baiano. Em relação ao processo de formação continuada, foram dois anos sem a abertura de editais para a concessão de recursos financeiros para o incentivo à qualificação dos (as) técnicos (as), apenas recentemente, em decorrência do processo de consulta para escolha de Reitor, ocorreram os devidos deferimentos, o que caracterizou um tratamento diferenciado para o afastamento dos (as) técnicos-administrativos (as) em relação ao que acontece quanto ao afastamento de docente.

O rompimento do diálogo com a comunidade atingiu o seu ápice na dissolução do CONSUP em dezembro de 2016, com a reafirmação de uma postura autoritária que também se reflete na falta de diálogo com a entidade representativa dos (as) servidores (as) da educação básica, profissional e tecnológica – SINASEFE nacional e, localmente, com a seção SINASEFE - IF Baiano.

Diante deste cenário, tanto externo e, de forma ainda mais intensa, no interior do nosso Instituto Federal, não podemos deixar de construir ações efetivas que possam trazer uma nova perspectiva para a Comunidade Acadêmica do nosso Instituto Federal. O momento exige a unidade e a nossa capacidade de organização em defesa dos nossos direitos, mas, sobretudo, em defesa de um projeto de educação, pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, projeto que ainda não se efetivou em nossa Instituição Federal.

Não podemos perder a referência no que conseguimos produzir antes. Se, no passado, tivemos que lutar contra uma estrutura viciada de poder, que teima em sobreviver depois das vitórias que construímos há quatro anos, devemos voltar a construir os nossos sonhos de um novo amanhã em nosso Instituto Federal.

Está sendo deflagrado o processo eleitoral, a consulta para escolha de Reitor e Diretores Gerais do IF Baiano. Esperamos que ocorra democraticamente a escolha do novo Reitor e Diretores (as) Gerais para o mandato de 2018-2022, mesmo diante da conjuntura temerosa que vivemos e que golpeia constantemente a democracia em nosso país.

Entendemos que todos e todas pensam numa Instituição com uma administração progressista e em um programa sólido que articule as necessidades sociais dos povos e os anseios dos servidores, da instituição, do povo baiano, nordestino e brasileiro. Para isso, nós nos apresentamos, ao conjunto dos lutadores e das lutadoras da nossa Instituição, como opção de um programa para o IF Baiano, tanto para a Reitoria quanto para os *campi*, sendo norteados (as) de fato pela defesa dos serviços públicos, pela defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, destinada a atender a diversa população baiana, como verdadeiro instrumento de emancipação humana.

Apesar dos apontamentos históricos apresentados acima parecerem desfavoráveis para se estabelecer o desafio do pensamento, ou seja, a própria *unidade do diverso* em nossa instituição, o IF Baiano ainda segue impetuoso em sua busca de autonomia, associada a original produção de conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber em todas as áreas da atividade humana.

Assim como a formação ampla para o trabalho e a reflexão crítica sobre a sociedade, a exemplo das intransigentes lutas construídas em torno das greves de 2011, 2012, 2014, 2015, e que também se concretizaram na mais bela declaração de amor ao IF Baiano, as revolucionárias ocupações estudantis dos *campi*, paralelas à greve de 2016, que levaram cerca de 10 dos 14 *campi* a resistirem bravamente com a força da juventude estudantil do IF Baiano, contra a PEC 055, as Reformas Trabalhista e Previdenciária, a Lei da Terceirização Total, a privatista Reforma do Ensino Médio e o famigerado Projeto da Escola Sem Partido, bem como nas lutas em prol de carreiras docente e de técnico-administrativos. Seus (suas) estudantes, organizados (as), compreenderam o sentido profundo da luta em defesa da escola pública. É a luta pelo

fortalecimento da classe trabalhadora, nordestina, e de outras origens, que como a minha nortista, traz a força de uma classe toda pela sociedade justa que lutamos!

Nacionalmente, o setor da educação - SINASEFE, ANDES e FASUBRA, em greve contra: Escola Sem Partido; PEC 241; Reforma do Ensino Médio (MP746); Contra o PL 257 (PLC54); Contra as terceirizações; pela auditoria cidadã da dívida com participação popular; Contra a Reforma Previdenciária; pelo cumprimento dos acordos, em conjunto com os estudantes secundaristas, graduandos e pós-graduandos e demais movimentos sociais e estudantis tomaram em 25 de novembro de 2016 a esplanada dos Ministérios em Brasília e demonstraram total repúdio a redução do Estado e o fim dos serviços Públicos em uma retomada da luta da classe trabalhadora jamais vista no último período! Em 2016 foi o movimento #OCUPABRASÍLIA quem trouxe à discussão os prejuízos da PEC241, da reforma do ensino médio e a necessidade de lutar por melhores condições de estudos nas instituições públicas de ensino, entre outras pautas locais como passe livre, políticas de manutenção e apoio aos estudantes, etc.

A despeito de toda a resistência, o Estado (e, na maioria das vezes, os seus agentes em nossa instituição) continua a tolher a liberdade acadêmica com seus processos de avaliação tecnocráticos, importados da gestão empresarial, orientados para o controle, o monitoramento e para a difusão de um *ethos* hostil à formação, à reflexão, à crítica e à criação que fundamentam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Da avaliação passa-se à fiscalização, monitoramento e ao controle do que é dado a pensar.

Esses processos exigem desempenhos específicos que limitam a autonomia e a dirigem numa determinada direção. O IF Baiano, instituição educacional por excelência, deve ser entendido como uma instituição complexa, dinâmica, diversa, auto organizada por meio de seu autogoverno e de sua prerrogativa constitucional de auto-normação. É na diversidade auto organizada que a instituição educacional se fortalece, resiste a ataques externos, se auto avalia, corrige os seus rumos, objetivando cumprir suas elevadas funções sociais.

Todas essas lutas demostram um compromisso inarredável de sua comunidade com o porvir da nossa instituição! Em nome da relevância do IF Baiano para o povo brasileiro, em especial ao povo baiano, a opção é buscar o fortalecimento institucional em seu conjunto, incorporando todas as áreas de conhecimento e perspectivas teóricas e epistemológicas. Não queremos, assim, salvar uma pseudo-excelência, promovendo uma meritocracia que desconsidera o mérito e fomenta a crescente subordinação do ensino, da pesquisa e da extensão aos interesses particularistas do mercado no *capitalismo dependente.*

Todas essas lutas demostram um compromisso inarredável de sua comunidade com o porvir da nossa instituição! Em nome da relevância do IF Baiano para o povo brasileiro, em especial ao povo baiano, a opção é buscar o fortalecimento institucional em seu conjunto, incorporando todas as áreas de conhecimento e perspectivas teóricas e epistemológicas. Não queremos assim, salvar uma pseudo-excelência, promovendo uma meritocracia que desconsidera o mérito e fomenta a crescente subordinação do ensino, da pesquisa e da extensão aos interesses particularistas do mercado no *capitalismo dependente.*

Aqui, declaramos nossa disposição de fazer deste pleito eleitoral do IF Baiano uma cruzada de profundas redefinições demandadas pela sociedade e, em especial, pela comunidade do próprio Instituto.

O primeiro grande passo será a concretização de um **balanço histórico** com profundidade, a fim de orientar as mais concretas mudanças capazes de instituir um novo ordenamento institucional, no âmbito da autonomia, que atenda aos princípios da Constituição Federal Brasileira.

A realização de um **Congresso Geral**, pactuado por estudantes, técnico-administrativos (as), docentes e com a comunidade externa, como os (as) egressos (as), e a sociedade civil organizada, objetivando um processo estatuinte, como uma estratégia para transformar as relações de poder internas, assentada num plano coletivo e autônomo. Acreditamos que as mudanças possibilitem, desse modo, uma governança compartilhada do Instituto Federal Baiano. Sustentamos que essa nova configuração institucional favorecerá o protagonismo de todos (as) estudantes, técnico-administrativos (as) e professores (as), e trabalhadores (as) em geral que nos ajudam a construir esta instituição.

O IF Baiano já é um patrimônio nacional, mas pode mais, revitalizando o seu projeto para que possa aflorar o seu extraordinário potencial! A complexidade da produção do conhecimento e dos processos de

ensino e aprendizagem exigem mudanças institucionais e na forma de organização social do trabalho. Atividades que exigem alta especialização, como os setores financeiro, de pessoal, de licitação e compras, escritório técnico, bibliotecas, secretarias e coordenações de ensino, segurança, a construção de uma editora, entre tantos outros, precisam ser valorizadas na forma de atividades regulares, permanentes, profissionalizadas, garantindo a institucionalização das mesmas no âmbito dos *campi* e do IF Baiano. Os (as) profissionais qualificados (as) e dedicados (as) que exercem essas atividades devem ser apoiados (as) de modo sistemático e institucional, inclusive quanto à valorização salarial, carreira e programas de qualificação. Diante disso, elegemos como pontos de pauta e de luta:

- **Recusamos um processo eleitoral que se limite a promessas de "choque de gestão" como um requisito para o futuro do Instituto, discurso que somente serve de invólucro aos interesses particularistas e antipedagógicos dos que sustentam um projeto referenciado na ideologia da meritocracia;**
- **Recusamos, igualmente, um processo de formação de gestão que se reduz ao mero loteamento dos cargos, como se acordos com dirigentes estabelecessem lealdades eleitorais de suas ditas bases;**
- **Recusamos um processo de formação do futuro governo do IF Baiano comprometido com os governos e interesses partidários a eles associados, em detrimento da autonomia e da soberania nacional do povo brasileiro;**
- **Recusamos um futuro governo do IF Baiano que se valha de práticas autoritárias e persecutórias via assédios e banalização de PAD.**

Esse manifesto é um ato político-acadêmico em prol da autonomia constitucional. Não podemos tolerar essas políticas do governo federal, crescentemente hostis à Instituição de educação pública, gratuita e autônoma. Os enormes cortes orçamentários, como os feitos recentemente pelo atual governo, a inserção dos programas de fomento à C&T no âmbito privado-mercantil, por meio da hipertrofia das fundações privadas, que o IF Baiano está pleiteando autorização do CONSUP, a política de terceirização de atividades fim, o intento de contratação de docentes e técnicos por meio das O.S. - Organizações Sociais (privadas, em contratos regidos pela nova Lei da Terceirização Total), a imposição do FUNPRESP, inviabilizando a aposentadoria integral dos novos servidores, exigirão uma administração que seja capaz de dialogar com independência com os distintos âmbitos governamentais, e que, para isso, deverá ter como método o princípio do trabalho coletivo, escutando, dialogando com todo seu corpo social, fortalecendo o ativo protagonismo de sua comunidade, articulando, ao mesmo tempo, diversas forças sociais em prol da defesa da escola pública socialmente referenciada**.**

Os auspícios da ideologia da Escola Sem Partido que criminaliza o ato de educar e roga pelo fim da liberdade de cátedra. Condenação da educação pública e avanço da educação privada condenando a classe mais pobre da sociedade a um processo de exclusão patrocinada pela Reforma do ensino Médio. O sucateamento e desmonte do serviço público que ameaça os/as trabalhadores por conta das políticas de ataques aos servidores públicos emanados pelo atual Congresso Nacional e Governo Federal, etc.

O presente Manifesto é, nesse sentido, um convite nosso, do Coletivo Magno Reitor, agrupamento de servidores e estudantes do IF Baiano e outros diversos parceiros de luta, para que cada estudante, técnico-administrativo, professor, terceirizados e demais membros da comunidade externa do IF Baiano se engaje nesse programa, participando ativamente das ações que o novo IF Baiano e o país necessitam, assegurando outra perspectiva quanto a função social do nosso Instituto Federal.

- **Acompanhe nossa caravana pelo IF Baiano;**
- **Ocupe os espaços de debate que promoveremos nos diversos espaços do IF Baiano;**
- **Compartilhe as notícias, fotos e vídeos de nosso blog (apoiomagnoreitor.wix.com), de nossa página do Facebook (www.facebook.com/apoiomagnoreitor), de nosso perfil no Instagram (@apoiomagnoreitor) ou de nosso canal no YouTube (apoioMAGNOreitor);**
- **Grave vídeos ou nos escreva demonstrando seu apoio e marque a hashtag #apoioMAGNOreitor;**
- **Participe do financiamento coletivo de nossa campanha classista;**
- **Assine este manifesto!**

Avante!

PLANO DE TRABALHO

Por um Instituto Federal Baiano
Autônomo, participativo, transparente e sem medo!

SUMÁRIO

I – A CONCEPÇÃO DE INSTITUTO FEDERAL E FUNÇÃO SOCIAL DO IFBAIANO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA CULTURA DEMOCRÁTICA

II - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

III – AUTONOMIA, FINANCIAMENTO, INFRA-ESTRUTURA

IV - O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL SUSTENTÁVEL ARTICULADO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E REGIONAL

V – BASES DA POLÍTICA ESTUDANTIL

VI - BASES DA POLÍTICA CULTURAL

VII - BASES DA POLÍTICA DE PESSOAL.

VIII – CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO IFBAIANO

I – A CONCEPÇÃO DE INSTITUTO FEDERAL E FUNÇÃO SOCIAL DO IFBAIANO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA CULTURA DEMOCRÁTICA

> A possibilidade não é a realidade, mas é também ela, uma realidade: que o homem possa ou não fazer determinada coisa, isso tem importância na valorização daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer "liberdade". A medida da liberdade entra na definição de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo importante, ao que parece. Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário "conhecê-las" e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. O homem, nesse sentido, é vontade concreta: isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam essa vontade (GRAMSCI, 1978, grifos no original).

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou 38 IFETs (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia), define no seu Artigo 2º: "Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas". Observa a lei, em seu parágrafo primeiro, que: "Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais". Assim, no âmbito de sua atuação, o parágrafo segundo deste mesmo artigo afirma: "[...] os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais"; e o terceiro parágrafo afirma: "Os Institutos

Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica".

Segundo o artigo 6º da Lei 11.892/2008, a legislação que o instituiu, o Instituto Federal deve constituir-se como centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular e qualificar-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas Instituições Públicas de Ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização aos docentes (OTRANTO, 2010, p. 09-10).

Entretanto, os dados históricos nos mostram que a natureza dos Institutos Federais é mais complexa. Na disputa entre se tornar uma Rede de IFETs ou permanecer Escolas Agrotécnicas e CEFETs, muitos desafios precisaram ser superados.

O que aparece mais relevante é o fato do MEC (Ministério da Educação) não ter incentivado a transformação dos CEFETs em Universidades Tecnológicas Federais, pois, de acordo com Otranto (2010, p. 09-10), "[...] a proposta delas é atuar de forma muito similar à das universidades federais, e isso não é prioridade na política de educação profissional técnica e tecnológica [...] [até então]".

Por outro lado, a forma como está estruturado o IFET prevê otimização dos custos, e total controle da nova instituição, o que tem acarretado uma fiscalização e um direcionamento mais eficaz na subordinação da educação por ela ministrada aos interesses do mercado, que deve ser fiscalizado desde já pelos (as) docentes, discentes e técnicos (as) dos Institutos Federais (Ibidem).

Portanto, "A observação deve ser feita nos vários níveis de ensino, uma vez que a disseminação ideológica, de que a educação deve subordinar-se à lógica do mercado, pode começar bem cedo, na educação básica, principalmente no ensino médio e, é bom lembrar que, a educação não é mercadoria, mas um bem que deve ser disponibilizado a todo cidadão, condição indispensável à ampliação da cidadania" (Ibidem).

Para a autora, o texto legal também destaca que o IFET se propõe a realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais. Deve, ainda, orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal (Ibidem.).

A análise da lei já aponta para algumas ambiguidades que vêm gerando interpretações particulares. Uma delas é atribuir o significado de "pesquisa aplicada" à pesquisa dirigida aos setores industriais e empresariais. Porém, a quantidade de finalidades e características expressas na lei, no seu artigo 6º, passa a certeza de que o IFET é, em última análise, mais um modelo alternativo à "universidade de pesquisa", que vem sendo implementado na América Latina, nos últimos anos [...] (Ibidem).

A natureza dos IFETs tem como móvel a subjugação à lógica do mercado produtivo. Entretanto, se por um lado as mudanças conjunturais e estruturais do capitalismo mundial (crise de 2007-2008) e a queda nas taxas de lucro dos grandes industriais na sociedade brasileira afetaram profundamente este projeto, contribuindo para elevação da pobreza, da desigualdade na atualidade, isto depois de um movimento de retirada de milhares de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras das condições de pobreza extrema nos últimos 12 anos; por outro, tais mudanças têm produzido um conjunto de necessidades (demandas) sociais, políticas, econômicas e culturais, que abalam a finalidade do projeto de Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os IFETs.

Desse modo, as necessidades do mercado, orientadas puramente para a valorização ampliada do capital, têm enfrentado resistências nos territórios onde se instalaram os IFETs, e novas pautas aparecem como necessidades objetivas das comunidades que compõem esse espaço social, tal como: a necessidade de humanização dos indivíduos que compõe os tempos e espaços socioterritoriais na multicampia, pela via da apropriação dos instrumentos de produção e consumo da cultura, forma e conteúdo essenciais para a emancipação dos sujeitos no limite das condições societais postas.

A cultura constitui-se da relação produtiva que o homem em surgimento exerce sobre a realidade, portanto, é indissociável do processo de produção, entendido como a produção da existência em geral. Interpretada a

cultura como produto do processo de produção da existência, a noção decisiva é a sua dupla natureza: **1) como bem de consumo,** e **2) como bens de produção.** Podemos entender, dessa forma, que a primeira existe, enquanto resultado, simultaneamente materializada em coisas e artefatos e subjetivada em ideias gerais. Enquanto a segunda existe no sentido da capacidade de conceber novos instrumentos e novas técnicas de exploração do mundo.

Entretanto, numa sociedade de classes distintas e com oposição de interesses, estes bens não são igualmente distribuídos. Daí resulta a situação em que apenas uma parte, um grupo minoritário, por ser o detentor da cultura enquanto bem de produção, forma a classe daqueles que têm o privilégio de conceber as finalidades sociais e, por isso, aparece como "culto", enquanto o restante, as massas, que somente manejam os bens de produção, e são tidos como "incultos". Isto significa que o operário se apropria de um saber, *modus* de operar, conhece as propriedades da máquina, mas o faz para outro e não para si mesmo, quer dizer, se apropria de bens de produção para outrem. Isto quer dizer que o desenvolvimento das forças produtivas[10] cria as condições para determinadas classes subalternas se apropriarem dos bens de produção, mas apenas o necessário para satisfazer as necessidades imperiosas do capital e não as do trabalhador (VIEIRA PINTO apud FERREIRA, 2016).

É por isso que as elites que são donas dos meios de produção[11] apenas valorizam a escola quando esta se circunscreve aos seus filhos, e essa mesma elite e seus aliados, no parlamento, passam a atacar e/ou se apropriar da escola toda vez que ocorre a expansão da escolarização à classe trabalhadora para atender as suas necessidades.

Na atual conjuntura, os IFETs vêm sendo alvos de ataques em sua autonomia, em seu financiamento, na gestão etc., que podem comprometer o futuro dessas Instituições, pois se configura como a expressão maior da política pública de educação profissional brasileira nos últimos anos. No entanto, não se pode deixar de registrar que é necessário acompanhar a expansão, investigando:

- Se os novos cursos são realmente os mais necessários àquela sociedade;
- Se eles vêm associados à equivalente ampliação do quadro de docentes e técnicos;
- Se a estrutura física está adequada;
- Se os laboratórios estão equipados etc.;
- Em última análise, é necessário investigar se as promessas estão sendo cumpridas, para que se possa avaliar se, realmente, a política tem condições de contribuir para a expansão, com qualidade socialmente referenciada, da educação profissional brasileira (OTRANTO, 2010).

A nossa principal preocupação é que o IFET é um exemplo do "pacto nacional" e da "submissão consentida", no campo da educação profissional. Portanto, em tais bases, pode constituir-se em importante ferramenta de ideias e práticas voltadas para a construção de uma nova "pedagogia da hegemonia", ou seja, uma educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses do grande capital nacional e internacional (NEVES, 2005 apud OTRANTO, 2010), em detrimento das reais necessidades da sociedade, dos povos, das comunidades que compõem os territórios onde estão localizados os IFETs. Por outro lado, levando em consideração tais contradições, como afirma o MEC/SETEC e alguns diretores das escolas envolvidas, pode ser uma importante oportunidade de transformação e melhoria da educação profissional no Brasil. O caminho que será trilhado, somente poderá ser percebido com clareza no futuro, e dependerá muito da ação política de docentes, discentes e técnicos administrativos das instituições, assim como de pesquisadores que investiguem qualificadamente e criticamente o processo real de implantação e desenvolvimento dos Institutos Federais.

Para realizar este caminho, é imprescindível o debate sobre uma política séria de ensino, pesquisa e extensão, que articule as necessidades da sociedade, território, localidade com o que de mais avançado tem

[10] Força de trabalho.

[11] Domínio sobre a base produtiva da sociedade, equipamentos, terras, propriedades, capital em geral acumulado em objetos, meios de produção.

sido produzido no trabalho, na ciência e na cultura no Brasil e no mundo. Isto pressupõe a indicação de bases de uma política de educação profissional integrada ao ensino médio, da formação de professores, graduação, pesquisa, pós-graduação, extensão e educação do campo.

Bases da política de educação profissional integrada ao ensino médio, da formação de professores, graduação, pesquisa, pós-graduação, extensão e educação do campo.

> [...] Os antecendentes histórico-políticos da concepção de ensino médio integrado à educação profissional demonstram o caráter ético-politico do tema, posto que esse debate coincide com debates sobre projetos de sociedade e concepções de mundo. A realidade nos impõe sempre a pensar sobre o tipo de sociedade que visamos quando educamos. Visamos a uma sociedade que exclui, que discrimina, que fragmenta os sujeitos e que nega direitos; ou visamos a uma sociedade que inclui, que reconhece a diversidade, que valoriza os sujeitos e sua capacidade de produção da vida, assegurando direitos sociais plenos? Nós nos colocamos, na segunda posição que, em síntese, persegue a construção de uma sociedade justa e integradora (RAMOS, 2008).

a) Educação profissional integrada ao ensino médio no Brasil: refletindo sobre os desafios teórico-metodológicos e legais.

Entendemos que são dois os desafios centrais que devem orientar o Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO), a saber: 1. a articulação da formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica, criando condições para enfrentar a fragmentação entre o pensar e o fazer no processo de formação em direção à emancipação humana; 2. a conexão entre a concepção "Trabalho, Ciência e Cultura" e as demandas da sociedade baiana, dos seus adolescentes, jovens e adultos.

*Primeiro desafio***:** A articulação da formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica.

A análise da recente legislação educacional para o Ensino Médio e Profissional no Brasil evidencia a trajetória histórica percorrida por um nível de ensino que desempenha papel importante no processo educacional de adolescentes, jovens e adultos.

Levando-se em consideração o marco histórico da década de 1990, quando as relações econômicas mundiais passam por profundas transformações em virtude do ideal neoliberal e o consequente avanço da globalização econômica, política e cultural, no Brasil as discussões acerca da educação pública não ficaram à parte desse contexto. Pelo contrário, o debate sobre a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 constituiu pauta emergente do governo brasileiro, visto que as mudanças no processo de trabalho no Brasil, que, impulsionadas pela forte abertura aos mercados internacionais, exigiram a necessidade de um trabalhador de novo tipo.

Com o entendimento de que o Ensino Médio constitui a última etapa da educação básica, no artigo 35 da LDB ficam estabelecidas as finalidades para esta modalidade de ensino, apontando possibilidades para a aproximação do jovem e adulto com o trabalho, especialmente o inciso II, que observa sobre a educação para o trabalho e para a cidadania, além do inciso IV que observa sobre a relação teoria-prática, do § 2º do artigo 36 que dispõe sobre a possibilidade do ensino médio preparar para o exercício de profissões técnicas, do art. 40 e do art. 41 que observa que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular, além de legalizar a certificação da educação profissional para prosseguimento de estudos[12].

[12] Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar

Estes artigos foram alguns dos avanços da LDB, pois ao atrelar a formação acadêmica à formação para o trabalho, além da necessidade de compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina, apontam elementos para ao enfrentamento da "dualidade estrutural" que determina a forma social em que vivemos – a formação acadêmica para a elite e a formação profissional para as classes populares.

No entanto, em momento posterior, de forma equivocada, o decreto n° 2.208/1997, do então presidente da república, promoveu novamente a separação entre a formação geral e a formação profissional, observando no seu artigo 5º que "A Educação Profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este[13].

Para além de promover a separação, este decreto cria condições legais para a fragmentação do processo de profissionalização do trabalhador, na medida em que o aproveitamento de disciplinas já cursadas possibilita o distanciamento da formação humana do mundo do trabalho, uma vez que, entendida como duas modalidades diferenciadas (ensino médio e educação profissional), além de concepção e currículo diferenciados (um propedêutico e outro para o trabalho), não garante a unidade metodológica tão necessária para orientar a formação humana do trabalhador. Tal perspectiva caracteriza-se como "a pedagogia do mínimo" e reforça o que Gaudêncio Frigotto definiu como a formação do "cidadão produtivo". Assim, segundo Kuenzer (2001), quanto mais avança o desenvolvimento científico e tecnológico, mais aparece a contradição entre a educação do trabalhador e o grande desenvolvimento da produção.

Na verdade, a legislação citada anteriormente é equivocada por não perceber a dinâmica do mundo do trabalho, suas relações com a ciência, tecnologia e a formação humana do trabalhador, pois, "quanto mais se simplificam as atividades práticas no fazer, mais complexas se tornam no gerenciamento e na manutenção, em decorrência do desenvolvimento científico que enceram" (KUENZER, 2001); quer dizer, o trabalho mais se simplifica enquanto mais se torna complexa a ciência.

O desenvolvimento da ciência cria a condição de possibilidade para o aprofundamento de conhecimentos sobre a realidade, e esse aprofundamento consiste no estudo sobre da especificidade de um objeto de conhecimento; diante disso, pode-se afirmar que ao se exigir menos formação do trabalhador, mais ele se distancia da compreensão e do domínio das tarefas que executa.

O debate sobre a legislação do Ensino Médio não acaba aí. Com a eleição de um governo concebido como democrático popular no Brasil em 2002, as discussões acerca do Ensino Médio se acirram. Para superar tal concepção, o governo federal impulsiona o desenvolvimento de estudos específicos sobre essa temática no Brasil. O resultado desse debate foi o decreto 5.154/2004 que revoga o decreto 2.208/1997, estabelecendo a articulação entre a Educação Profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio, apesar de possibilitar a continuidade da dicotomia, uma vez que estabelece o estudo concomitante como uma das formas de desenvolvimento do curso[14].

---

aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. § 2º do art. 36. O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

[13] Parágrafo único. As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exames específicos.

[14] Art. 4º a educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único da Lei n° 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados: I – os objetivos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. § 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

Em uma análise história da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, Ramos (2008) elabora as seguintes sínteses:

- É importante salientar que esta proposta [decreto 5.154/2004] difere-se completa e substancialmente do que foi o ensino profissionalizante instituído pela lei 5.692/71, tanto por seus propósitos quanto pelo seu conteúdo. Essa lei, surgida no contexto desenvolvimentista dos governos civil-militares, sob a influência da Teoria do Capital Humano e dos planejamentos centrados no preceito do man power aproach11 teve um duplo propósito: o de atender à demanda por técnicos de nível médio e o de conter a pressão sobre o ensino superior. O discurso utilizado para sustentar o caráter manifesto de formar técnicos construiu-se sob o argumento da "escassez de técnicos" no mercado e pela necessidade de evitar a "frustração de jovens" que não ingressavam nas universidades nem no mercado por não apresentarem uma habilitação profissional. Isto seria solucionado pela "terminalidade" do ensino técnico (RAMOS, 2008) .

- O dualismo instituído por esta lei diferiu do período anterior à LDB de 1961, já que ocorreu preservando a equivalência entre os cursos propedêuticos e técnicos. A marca desse dualismo não estava mais na impossibilidade de aqueles que cursavam o ensino técnico ingressarem no ensino superior, mas sim no plano dos valores e dos conteúdos da formação. No primeiro caso, o ideário social mantinha o preceito de que o ensino técnico destinava-se aos filhos das classes trabalhadoras cujo horizonte era o mercado de trabalho, e não o ensino superior. No segundo caso, enquanto a Lei n. 5.692/71 determinava que na carga horária mínima prevista para o ensino técnico de 2º grau (2.200 horas) houvesse a predominância da parte especial em relação à geral. A Lei n. 7.044/82, ao extinguir a profissionalização compulsória, considerou que nos cursos não profissionalizantes as 2.200 horas pudessem ser totalmente destinadas à formação geral. Com isto, os estudantes que cursavam o ensino técnico ficavam privados de uma formação básica plena que, por sua vez, predominava nos cursos propedêuticos, dando àqueles que cursavam esses cursos, vantagens em relação às condições de acesso ao ensino superior e à cultura em geral. Sabemos que foi essa travessia que o Decreto n. 2.208/97 interrompeu, ao forçar a adequação da realidade à lei, proibindo que o ensino médio propiciasse também a formação técnica. O restabelecimento dessa garantia por meio do Decreto n. 5.154/2004, pretende reinstaurar um novo ponto de partida para essa travessia, de tal forma que o horizonte do ensino médio seja a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino (RAMOS, 2008).

Com o intuito de ampliar a oferta da educação profissional, em 2006, com o decreto 5.840, fica instituído no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA. Este programa abrange a educação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades integrada, concomitante e subsequente, contempla também as pessoas que não tem o ensino fundamental completo[15].

O que se percebe na análise do movimento histórico recente da legislação da Educação Profissional no Brasil é a tentativa de, para além da ampliação do acesso, alterar a concepção de homem, sociedade, educação e

---

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III – subseqüente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

[15] Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de jovens e Adultos – PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste decreto. § 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I – formação inicial e continuada de trabalhadores; e II – educação profissional técnica de nível médio. § 2º os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I – ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3º, § 2°, do decreto n° 5.154, de 23 de julho de 2004; e II – ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4º, § 1°, incisos I e II, do Decreto n° 5.154, de 2004.

aprendizagem que orienta a Política Pública, especificamente em seu texto legal, mas, contraditoriamente, é fato que a implantação da Rede de Institutos Federais no Brasil coloca em movimento tais proposições num nível mais acelerado, porém, como vimos, a sua natureza pressupõe a subjugação à lógica do mercado produtivo, apesar de enfrentar resistências, pois as demandas sociais extrapolam a lógica do mercado, pois pressupõem condição de vida.

Entretanto, no dia 22 de setembro de 2017, o governo federal publicou a Medida Provisória 746, que modifica o Ensino Médio no país. Diante da atual Reforma do Ensino Médio, quais limites e desafios temos pela frente? E com relação ao projeto Escola Sem partido?

O fato é que o processo de apropriação da cultura numa sociedade de classes só pode se realizar de forma contraditória, e mais: no limite das relações de produção postas, pois sempre que os interesses do Capital forem reduzidos em detrimento dos interesses das massas trabalhadoras, alterações significativas são/serão impostas para controlar esse processo, por exemplo garantir a elevação da taxa de lucro do capital.

É aqui que situamos os projetos Reforma do Ensino Médio e Escola Sem Partido, bem como os demais projetos como o Imposto Sindical, a Reforma da Previdência, a reforma trabalhista, a terceirização, as ações para privatização da educação nas Universidades e Institutos Federais, tais como o corte de recurso público e abertura para o capital privado, a lei de greve etc., uma estratégia ideológica montada para desqualificar ainda mais o trabalho, os trabalhadores e limitar o acesso dos jovens aos bens de produção e bens de consumo da cultura, permitindo apenas o conteúdo necessário à operação de máquinas, manejar ferramentas, e escassamente o consumo, uma contradição, estratégia equivocada do Estado Coerção, na medida em que aprofunda a destruição das forças produtivas, contraditoriamente, necessárias ao desenvolvimento do capital e manutenção do seu ciclo de produtividade. O “destruir para construir” do neoliberalismo não tem alcançado resultados como os esperados nos últimos tempos.

Sobre a Reforma do Ensino Médio, possui esse conteúdo devastador, na medida em que retira disciplinas obrigatórias como filosofia, sociologia, história etc. da matriz curricular, bem como dar autonomia aos estudantes para definirem seu futuro sem terem se apropriado do necessário para a realização de tal “escolha”. Isto significa que essa “escolha” vem de fora, do exterior, agora de forma explícita, pela via desse conjunto de mediações anacrônicas advindas das relações entre Capital, Judiciário e Estado. Segunda Ramos (2017), “O desafio da escola está não só em incorporar os interesses dos jovens, mas em educar esses próprios interesses”, e a educação dos interesses dos jovens passa pelo acesso à cultura em suas formas mais desenvolvidas, aos conteúdos culturais que nos colocam a condição de possibilidade de ser mais.

Segundo Ramos (2017), quando analisa o Ensino Médio em geral no país, observa: O ensino médio enfrenta problemas sérios, como, por exemplo, os altos índices de evasão. Mas as razões para esse problema precisam ser procuradas também fora da escola, na vida que a nossa sociedade tem oferecido aos jovens, principalmente os mais pobres, que frequentam as escolas públicas. Para as famílias de baixa renda, tem sido cada vez mais difícil manter os filhos maiores na escola, não só porque o simples ato de ir à escola implica algum custo mas também porque o tempo de estudo muitas vezes precisa ser usado para trabalhar e ajudar em casa. Além disso, a falta de financiamento e de prioridade por parte dos governos faz com que boa parte das escolas públicas esteja sucateada, com problemas de infraestrutura e falta de professores e de outros profissionais da educação. Portanto, a escola pública, principalmente na etapa de formação dos jovens, precisa de mais investimento e de uma relação permanente com outras políticas sociais, problemas que estão muito além do currículo.

Tudo isso vem para impedir o acesso das massas trabalhadoras à riqueza humana universal, que tem na escola a via prioritária e mais desenvolvida de acesso aos conteúdos culturais universais – arte, filosofia, ciência, política, ética, esporte etc., pois a produção de novas necessidades pressupõe a apropriação da riqueza produzida pela humanidade, da cultura em seus aspectos instrumentais e ideias, bem como da apropriação da técnica em suas formas mais desenvolvidas.

Como afirma Ramos (2017): Interesses não são espontâneos nem naturais, eles são determinados, em grande medida, pelas condições concretas de vida dos indivíduos. Um jovem que não frequente cinema, teatro ou museus, por exemplo, dificilmente vai desenvolver um interesse específico pelas artes. Aqui, o interesse está limitado pela falta de acesso. Da mesma forma, a entrada rápida no mercado de trabalho – por

meio de um curso profissionalizante, por exemplo – pode ser entendido como “interesse” de uma parcela dos estudantes brasileiros quando, na verdade, talvez seja apenas a urgência que os jovens das camadas mais pobres têm de contribuir com a renda da família. Aqui, o interesse é definido pela necessidade. Isso quer dizer que os “interesses” individuais também refletem a desigualdade da sociedade. Não que a escola deva ser indiferente a isso: ao contrário, visando superar essa desigualdade que existe na sociedade, a escola deve ser o espaço em que todos tenham igual acesso a oportunidades de conhecimento e desenvolvimento intelectual. Organizar a educação a partir dos “interesses” dos jovens pode parecer uma forma de respeitar a liberdade de cada um, mas não é: significa naturalizar a desigualdade social que afeta a nossa juventude, reproduzindo-a para dentro da escola.

Assim, este processo de apropriação da cultura na sociedade capitalista se dá de forma contraditória; sem o enfrentamento dessas contradições teremos mais dificuldades para superar a condição posta aos trabalhadores na atualidade, pois “O que se passa em tempos como os atuais, e em sociedades como a nossa, é que, [...], o homem em vez de se apropriar da cultura, de dominá-la, faz o inverso, aliena-se a ela, transforma-a numa realidade entificada, superior a ele (VIEIRA PINTO, 1985).

Com tal divisão, a cultura deixa de ser um bem igualitário nos dois aspectos, e o conhecimento, particularmente as técnicas de fabricação, assim como os instrumentos de operação sobre a realidade, entre os quais se contém particularmente as próprias mãos humanas, ficam vinculados ao ato de produzir bens de consumo que não serão consumidos pelos que os produzem diretamente, mas apropriados pelo outro grupo, minoritário, que por possuir a propriedade da cultura no aspecto produtivo enriquece-se espiritualmente ainda mais ao acumulá-la. Todo esse complexo de relações postas em movimento, em tempos atuais, tem se motivado pelo movimento material da queda da taxa de lucros de banqueiros, investidores, industriais, e com o avanço de uma agenda conservadora no congresso nacional brasileiro, que pela via dos projetos Escola Sem Partido e a Reforma do Ensino Médio, dentre outros, impactam fortemente no processo de garantia das condições de liberdade de expressão e acesso à cultura pelos professores e estudantes na educação escolar em geral, respectivamente.

Na medida em que limitamos a liberdade de expressão passamos a controlar o currículo, o saber escolar; e ao tempo em que desqualificamos o currículo limitamos a liberdade de expressão pela via da incapacitação dos sujeitos a *verem bem* o movimento objetivo real. Portanto, a contradição que está se movimentando no real com relação a produção e consumo da cultura na sociedade atual, que aparece no âmbito desses dois projetos – Reforma do Ensino Médio e Escola Sem partido -, tem em muito a ver com o acesso à produção do saber e o controle sobre a socialização do saber escolar, o que significa de forma mais ampla a limitação do acesso aos conteúdos culturais pelos que acessam a escola pública. Vamos esclarecer.

O currículo é um projeto de escolarização que pressupõe a identificação, seleção, organização e sistematização do conhecimento na educação escolar, o que implica dizer que está ligado à formação da concepção de mundo dos sujeitos, que pressupõe um conjunto de relações sociais a serem apropriadas pela via das atividades escolares e não escolares.

Ao assumirmos o problema particular/universal do currículo como os antagonismos entre a produção e a objetivação do saber numa sociedade de classes, precisamos nos questionar:

- Quem produz o saber nesta sociedade?
- Quem consome/acessa o saber nesta sociedade?
- Numa sociedade de classes, como vimos, a produção do saber está ligada ao domínio dos instrumentos, meios, ideias, técnicas.

E numa sociedade de classes o acesso a tais meios é caro, pressupõe um investimento de longa data. Portanto, nem todos têm as condições objetivas para acessar os meios, instrumentos, técnicas, ideias de produção do saber objetivo nesta sociedade. O que é disponibilizado pelo Estado para as massas de trabalhadores é já o mínimo. Por outro lado, se as massas trabalhadoras não acessam os instrumentos, meios, ideias, técnicas em suas formas mais elaboradas de produção do saber pela via do Ensino Médio, pouco vão ter acesso ao produto desse processo de produção do saber – os bens de consumo. O que é disponibilizado é o mínimo para garantir as necessidades necessárias para a produção do trabalho em geral,

gerar valor-trabalho, lucro, ou seja, para garantir que o trabalhador recomponha as suas forças físicas e retorne ao posto de trabalho no próximo dia, pois o que ele produz não consome, se separa dele, se torna estranho a ele.

Na educação escolar, a produção do saber aparece como apropriação da natureza dos conteúdos culturais, das leis da natureza e da sociedade, necessários à sua emancipação. Já o consumo do saber aparece como o domínio dos instrumentos para realizar o trabalho, bem como as demais formas da atividade humana. A unidade mais interna desse processo se realiza no ensino-aprendizagem-desenvolvimento, tendo como ponto de partida e de chegada a prática social.

Com a Reforma do Ensino Médio, um conjunto de mudanças passam a interferir diretamente nesse processo, sendo as principais, a nosso ver, a desqualificação dos conteúdos culturais pela via da retirada de disciplinas obrigatórias, a preponderância de cursos de base técnico-instrumental em detrimento ao acesso aos conteúdos culturais universais, a suposta "livre escolha" pelos estudantes dos seus destinos ainda no ensino médio, numa sociedade em que a baixa escolarização é uma marca fundamental que a constitui. Aqui me refiro também aos baixos níveis de acesso aos bens culturais em geral, tais como museus, cinema, teatro, literatura, esporte, política etc. Tomo essas contradições, sendo a principal relacionada a desqualificação do saber objetivo do currículo escolar, para pensarmos, posteriormente, em quais ações serão necessárias, na esteira da "crítica das armas", para efetivar nas instituições e garantir a resistência, no mínimo, pelos próximos dois anos.

b) Fundamentos da Concepção Trabalho, Ciência e Cultura.

O trabalho, no sentido ontológico[16], como processo inerente da formação e da realização humana, não é somente a prática econômica de se ganhar a vida vendendo a força de trabalho; antes de ser uma forma específica que se configura na sociedade capitalista – o trabalho é a ação humana de interação com a realidade para a satisfação de necessidades e produção de liberdade. Nesse sentido, trabalho não é emprego (RAMOS, 2008), é produção, criação, realização humana. Compreender o trabalho nessa perspectiva é compreender a história da humanidade, as suas lutas e conquistas mediadas pelo conhecimento humano, que é trabalho acumulado em formas objetivadas (RAMOS, 2008).

Mas o trabalho adquire também um sentido econômico, como forma histórica das relações sociais sob um modo de produção específico. Nas sociedades capitalistas a forma hegemônica do trabalho se dá pela venda e compra da força de trabalho, regulada contratualmente na forma de emprego. Esse sentido estrutura as práticas de profissionalização[4], de formação profissional como preparação para o exercício do trabalho. Mas esta é somente uma dimensão do trabalho. Precisamos pensar no trabalho como realização humana (RAMOS, 2008), como condição de possibilidade para a satisfação de carências imediatas, mediatas e históricas.

A ciência, por sua vez, nada mais é do que os conhecimentos produzidos pela humanidade em processo mediados pelo trabalho, pela ação humana, que se tornam legitimados socialmente como conhecimentos válidos porque explicam a realidade e possibilita a intervenção sobre ela. A ciência é produto da atividade humana complexa, da criatividade humana. O método é a expressão desse processo de complexificação, e tem sua natureza no trabalho, pois para satisfazer necessidades os seres humanos precisaram transformar a natureza utilizando instrumentos, meios, formas, a fim de assegurar a condição de possibilidade da vida. Portanto, trabalho e ciência formam uma unidade, uma vez que o ser humano foi produzindo conhecimentos à medida que foi interagindo com a realidade, com natureza, e se apropriando. A ação humana é, então, ação produtora de conhecimentos. A ciência vai ter um estatuto específico na modernidade, mas o ser humano produz conhecimentos à medida que enfrenta a realidade e seus problemas, buscando superar necessidades (RAMOS, 2008).

A outra dimensão da vida que precisa estar integrada aos processos formativos é a cultura – valores e normas que nos orientam e nos conformam como um grupo social. Grupos sociais compartilham valores

[16] Que significa origem do ser, da coisa.

éticos, morais, simbólicos que organizam a sua ação e a produção estética, artística, etc. (RAMOS, 2008). A capacidade de representar simbolicamente a vida material e imaterial foi uma conquista fundamental da humanidade. Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o "aprender fazendo", nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la (RAMOS, 2008). Esse aspecto é central na medida em que ao analisar a conjuntura histórica nos deparamos com um conjunto de contradições, que precisam ser colocadas em movimento para superarmos os desafios da vida objetiva e subjetiva.

Isto significa afirmar a necessidade de se apropriar dos princípios que fundamentam os procedimentos, numa perspectiva histórica e lógica, técnica e política, o que significa dotar o trabalho de uma consciência capaz de aprender o conteúdo imanente à realidade experienciada, para além da formação do cidadão produtivo, criar as condições de possibilidade objetivo-subjetivas para fazer a luta e alterar os rumos de nossa sociedade.

Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Portanto, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (RAMOS, 2008).

Ter o trabalho como princípio educativo na educação básica, portanto, impede que crianças, adolescentes e jovens naturalizem a condição de exploração em que vivemos e que não se formem, assim, "mamíferos de luxo", isto é, homens e mulheres que, por viverem da exploração do trabalho dos outros deixam de exercer aquilo que lhes conferem ontologicamente a condição de seres humanos, a capacidade de produzir social e coletivamente sua existência (RAMOS, 2008).

No ensino médio, além do sentido ontológico do trabalho, toma especial importância seu sentido histórico, posto que é nesta etapa da educação básica que se explicita mais claramente o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva (Saviani, 1987).

Sob essas perspectivas de conferir especificidades próprias a cada uma daquelas dimensões constitutivas da prática social que devem organizar o ensino médio de forma integrada – trabalho, ciência e cultura – que entendemos a necessidade de o ensino médio ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas de formações específicas: no trabalho, como formação profissional; na ciência, como iniciação científica; na cultura, como ampliação da formação cultural (RAMOS, 2008)

Assim, num plano do ensino médio em geral, Ramos afiram que a proposta é de que, respeitadas as normas do sistema de ensino, as instituições pudessem acrescentar ao mínimo exigido para o ensino médio, uma carga horária destinada à formação específica para o exercício de profissões técnicas, ou para a iniciação científica, ou para a ampliação da formação cultural. Isto possibilitaria o desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho, à ciência e à cultura, visando a atender às necessidades e características sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos estudantes (RAMOS, 2008), aspectos extremamente relevantes porquê vitais nas condições societais em que vivemos, bem como nas condições institucionais em que ocorre o trabalho educativo no IFBAIANO.

Uma política de ensino médio integrado nessa perspectiva visaria fomentar, estimular e gerar condições para que os sistemas e as instituições de ensino, com seus sujeitos, formulassem seus projetos em coerência com as suas necessidades e visando à consecução de finalidades universais postas para esta etapa de educação (RAMOS, 2008).

Por outro lado, como afirmou Kuenzer: **A vida social e produtiva passa a exigir do trabalhador cada vez maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico, político e cultural, uma vez que a simplificação do trabalho contemporâneo é a expressão concreta da complexificação da tecnologia através da operacionalização da ciência, ou seja, quanto mais avança o desenvolvimento das forças produtivas, mais a ciência se simplifica, fazendo-se prática e criando tecnologia; ao mesmo tempo, a tecnologia se**

complexifica, fazendo-se científica; ambas fazem uma nova cultura, criando novas formas de comportamento, ideologias e normas. O trabalho e a ciência dissociados por efeito da forma tradicional de divisão do trabalho, voltam a formar uma unidade por meio da mediação da tecnologia, em conseqüência do próprio desenvolvimento das forças do capitalismo, como forma de superação dos entraves ao seu processo de ampliação. Como resultado, estabelecem-se novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais (KUENZER, 2001: 35-36).

Portanto, a dinâmica do processo de produção capitalista funciona de forma desigual e contraditória. O conteúdo é a ampliação do seu processo de produção em escalas cada vez mais exorbitantes. Isto gera impactos na própria sociedade que o criou: desemprego crônico, crise ambiental, ausência de domínio entre "produção e controle, produção e consumo e, produção e circulação", dentre outros (MÉSZÁROS, 2002: 107-111); mas produz também um conteúdo diferenciado em termos de conhecimento e processo de produção. Tal produção gera a necessidade de trabalhadores mais qualificados, um trabalhador de novo tipo.

Apesar de este profissional ser uma necessidade do Capital para a sua ampliação, diante de tamanha crise estrutural, segundo Kuenzer (2001), faz-se necessário não apenas um trabalhador de novo tipo, mas, um intelectual de novo tipo, em que a sua formação se desloque do princípio educativo do capital para o princípio educativo do trabalho, criando assim, condições para o enfrentamento das contradições postas neste momento histórico.

Portanto, de acordo com kuenzer (2001), Ciência e Trabalho ao estabelecerem novas formas de relação e passando a exigir um intelectual de novo tipo, não mais o homem culto, político, mas o dirigente, a síntese entre o político e o especialista, homem capaz de atuar na prática, trabalhar tecnicamente e ao mesmo tempo intelectualmente, tem-se a condição histórica para o estabelecimento de uma perspectiva de formação humana centrada no trabalho, tornando-se **"indispensável um novo *princípio educativo* que tome o mundo do trabalho e o que acontece concretamente no movimento real como ponto de partida para a organização da escola"**, e assim, articular a formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica, tendo o trabalho com princípio educativo, unidade metodológica fundamental para o desenvolvimento da formação humana do trabalhador no âmbito da sociedade em que vivemos (KUENZER, 2001: 37).

Entretanto, tais reformas em andamento retiram um conjunto de mediações que tem a potencialidade de produzir necessidades de novo tipo nos estudantes, pois, o ataque ao currículo não é um acaso, como afirmamos anteriormente, se o currículo – projeto de escolarização – cria as condições para o acesso à cultura, e em determinado momento histórico os burocratas assumem a direção da formação das massas trabalhadoras, a via de realização de seu projeto passa pela alteração da cultura para atender a determinados interesses, a alteração curricular pela via da catastrófica e alarmante, além de perversa, desqualificação do currículo. Mas os ataques não estão direcionados somente às atividades ligadas ao consumo da cultura, é preciso centrar fogo também nas atividades ligadas ao processo de produção da cultura em geral, e aí incluímos a produção do conhecimento. É importante destacar que a produção do saber objetivo está ligada à produção do conhecimento, que na escola é apropriado como saber escolar.

Seguindo a linha do Saviani (2012), estamos entendendo que o ponto de partida está no clássico. O acesso aos clássicos possibilita o(a)s estudantes a apreenderem os problemas/necessidades que deram origem às explicações sobre determinadas leis da natureza e sociedade, bem como compreender os seus mecanismos de ação, ou seja, os princípios que fundamentam procedimentos. Portanto, em nossa análise, faz-se necessário tomar como ponto de partida a realidade vinculada ao conteúdo em estudo, problematizar a sua gênese, estrutura e formas de desenvolvimento, e conduzir o estudante ao aprofundamento de estudos na perspectiva do que Saviani chamou de finalidade do trabalho educativo.

O principal desafio na atividade de ensino-atividade de estudo está em dominar o conteúdo do conteúdo artístico, filosófico, científico, técnico, esportivo, político etc., pela mediação do "ato instrumental", que significa uma exposição centrada na lógica de ação do conteúdo em estudo, quer dizer, na logicidade do processo que move o conteúdo do real, em condições históricas particulares. Isto significa um processo qualitativamente superior em termos de formação humana, deslocando-o do movimento exterior do fenômeno ao seu movimento interior.

A captação da gênese, estrutura e formas de ser da *coisa*, dos fenômenos em estudo, em movimento, no ensino, cria as condições para a realização do processo de interiorização, pois como afirmou Vigotsky em sua "lei genética geral do desenvolvimento cultural do psiquismo [...] toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena em dois planos; em princípio entre os homens como categoria interpsíquica e logo no interior da criança como categoria intrapsíquica" (VIGOTSKI, 2000, p. 150). Segundo o autor russo,

> 10. A singularidade do ato instrumental, cuja descoberta é a base do método instrumental, apoia-se na presença simultânea dele de estímulos de ambas as classes, isto é, de objeto e de ferramenta, cada um dos quais desempenha um papel distinto qualitativa e funcionalmente. Por conseguinte, no ato instrumental entre o objeto e a operação psicológica a ele dirigida, surge um novo componente intermediário: o instrumento psicológico, que se converte no centro ou foco estrutural, na medida em que se determina funcionalmente todos os processos que dão lugar ao ato instrumental (VIGOTSKI, 2004, p. 96).

> 11. A inclusão do instrumento no processo de comportamento provoca, em primeiro lugar, a atividade de toda uma série de funções novas, relacionadas com a utilização do mencionado instrumento e de seu manejo. Em segundo lugar, suprime e torna desnecessária toda uma série de processos naturais, cujo trabalho passa a ser efetuado pelo instrumento. Em terceiro lugar, modifica também o curso e as diferentes características (intensidade, duração, sequência etc.) de todos os processos psíquicos que fazem parte do ato instrumental, substituindo certas funções por outras. Ou seja, recria e reconstrói por completo toda a estrutura do comportamento, do mesmo modo que o instrumento técnico recria totalmente o sistema de operações de trabalho. Os processos psíquicos globalmente considerados (na medida em que constituem uma completa unidade estrutural e funcional) orientam-se para a resolução de uma tarefa – que é proposta pelo objeto – de acordo com a evolução do processo, que é ditada pelo instrumento (VIGOTSKI, 2004, p. 96-7).

Este processo genético-histórico de realização do ato instrumental é a base material que explica a lei genética geral do desenvolvimento do psiquismo. No ensino, a apropriação e objetivação dos instrumentos/meios artificiais que movem o conteúdo objetivo real ganha relevância, na medida em que a sua interiorização, cria as condições para a aprendizagem e desenvolvimento do psiquismo dos estudantes, uma das condições mais importantes para o domínio dos bens de produção da atividade. Por esse motivo, Vigotski (2000) afirma o signo como o nexo essencial ou nova formação que impulsiona o desenvolvimento das funções psicológicas "elementares" em superiores. Ao ser conduzido pelas ações verbais, o signo vai se transformando em conceitos na medida em que a atividade humana se complexifica, constituindo o que Vigotski definiu como sistemas psicológicos, pois o conceito é conhecido em suas relações e vinculações, "é um sistema de apreciações, reduzidas a uma determinada forma regular, quer dizer, uma forma generalizada do real (VIGOTSKY, 2004, p. 122).

Todo conceito é um sistema de conceitos, mas todo conceito é produzido pela formação de noções, juízos, até os conceitos embrionários, conceitos mais elaborados, categorias etc.

O conceito é produzido como unidade inter e intrafuncional na esteira da atividade, quer dizer, é na relação entre as funções que aparecem os novos agrupamentos desconhecidos do nível anterior. O que muda para que surjam estas novas formações são as relações sociais acessadas pelos indivíduos, o que possibilita uma espécie de reorganização das funções, pois, ao surgir um novo sistema psicológico, este se converte no centro do foco estrutural, na medida em que determina funcionalmente todos os processos que dão lugar à mediação do "ato instrumental". Isto significa que a realização da atividade em suas formas complexas possibilita a produção no psiquismo do sujeito de operações, ações, até as formas mais complexas da atividade humana, como um processo sem fim.

O não acesso às formas mais elaboradas das atividades humanas, por exemplo, prender-se apenas ao saber-fazer, limita as capacidades dos sujeitos, o desenvolvimento do seu pensamento conceitual, pois "[...] o pensamento não pode ser outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo. [...]. Ao

mesmo tempo, o pensamento é objetivo porquanto se desenvolve pela via da criação de uma imagem ideal que reflete o objeto com plenitude e precisão" [...]. Nesse mesmo sentido, por conteúdo, o pensamento procura ser adequado à coisa objetiva, descobrir as propriedades do objeto tais como elas existem independentes do pensamento (KOPNIN, 1978, p. 127).

Considerando este aspecto teórico-metodológico, dois destaques precisam ser realizados: 1) "[...] esperar que haja um salto de generalização espontâneo dos conceitos cotidianos para os científicos representa uma negligência em face das possibilidades reais de formação de quaisquer operações psíquicas da criança" (MARTINS, 2013, p. 221); 2) para além do pensamento cotidiano, duas são as formas do pensamento abstrato: o empírico e o teórico ou histórico-dialético. O primeiro caracteriza-se pela captação do conhecimento superficial e unilateral do objeto (lógica das formas) e o segundo o conhecimento profundo e multilateral do objeto (lógica dos conteúdos, que supera por incorporação a lógica formal). É, porém, necessária atenção aos dois momentos deste processo.

Na medida em que alteramos a forma e conteúdo do ensino do saber na educação escolar, criamos as condições subjetivas para a realização de formas mais desenvolvidas do comportamento humano, tais como o autodomínio da conduta, da personalidade e da concepção de mundo dos indivíduos, na esteira do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, tudo isso em condições objetivas. Por isso que a escola tem um papel preponderante para a formação das massas que a acessa. O que está em jogo na atualidade de forma mais explícita com a Reforma do Ensino Médio, é o acesso aos bens de produção e bens de consumo da cultura, e, na educação escolar, este processo passa pela socialização das formas de *ser* mais desenvolvidas dos conteúdos culturais. Entretanto, é preciso aprofundar o conteúdo e a forma de realizar tal processo nas relações ensino-aprendizagem-desenvolvimento para que a escola cumpra o seu papel: elevar a capacidade teórico-conceitual dos estudantes, criar as condições de acesso aos instrumentos de produção e consumo da cultura em suas formas mais elaboradas. Esse é o nosso desafio mais geral e amplo!!

O segundo desafio que orienta o Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal Baiano é o entrelaçamento entre a concepção "Trabalho, Ciência e Cultura" e as demandas dos jovens e adultos baianos.

A juventude aqui é entendida como uma categoria social, emergente na atualidade, principalmente com a atual crise do capital em que o Brasil tem cerca de 22 milhões milhão de desempregados, além da crescente violência externalizada no âmbito da juventude na atualidade.

Segundo Frigotto (FRIGOTTO, 2004: 22), os estudiosos do assunto reconhecem que há, atualmente, uma "moderna condição juvenil" que se expressa no alongamento do período entre a infância e a vida adulta, a escolaridade como etapa intrínseca a essa condição, o retardamento da entrada no mundo do trabalho e o aparecimento de formas de produção cultural típicas desse segmento (Idem, ibidem). A perda do monopólio dos adultos no processo de formação das novas gerações relaciona-se a essa mutação mais geral e à sua incapacidade de responder aos novos desafios interpostos à escola, cuja maior expressão de crise parece ser a violência. Surgiram novas formas de interação entre os jovens. Nelas se manifestam transformações do modo de vida tradicional, nova forma de convivência em relação à cultura da rua e práticas discriminatórias.

Tais práticas produzidas na dinâmica da vida desses jovens impactam diretamente nas instituições sociais, ressoando para a sociedade nem sempre como aspectos positivos. No âmbito da escola as mesmas não são compreendidas e nem tratadas em seu currículo como conteúdo cultural, fato que atribui à escola, ainda, o título de conservadora perante as desigualdades sociais. Faz-se necessário um deslocamento político e cultural da escola no sentido de entender o currículo, os seus métodos, suas técnicas, seus objetivos, seus tempos, espaços e seus conteúdos em uma dinâmica de movimento, acompanhando, assim, o movimento do real na sociedade.

Outro aspecto importante acerca da categoria Juventude é pontuado por Marília Spósito (2004 apud FRIGOTTO, 2001: 22) quando a mesma questiona: "Quem são os jovens e quais são, hoje, suas relações com a sociedade e com a instituição escolar, o ensino médio e a especificidade do ensino noturno?".

Segundo Spósito (Idem, ibidem), [...] hoje, na concepção de juventude já não se aceita apenas o recorte biológico ou o demográfico das faixas etárias. Os aportes socioculturais têm permitido uma compreensão

mais abrangente dessa categoria social, desde que sua especificidade não se dilua em pertencimento de classe, de gênero ou de etnia ou mesmo na forma de poder na relação com o mundo do adulto.

Nesse sentido, para além de conhecer quem são os jovens e adultos, quais suas relações com a sociedade e com a instituição escolar, conhecer as relações dos jovens e adultos com o conhecimento constitui um elemento primordial para se pensar em alterações na prática pedagógica, a fim de permitir que o sujeito construa um diálogo significativo com a escola e a formação profissional. Apesar deste objeto não ser o foco do presente texto, em nossas proposições buscaremos apontar algumas possibilidades concretas para que a escola possa pensar tais relações.

Para dar continuidade a reflexão acerca dos desafios, demandas e possibilidades com relação ao Projeto Político Pedagógico do IFBAIANO, parte-se do pressuposto de que os aspectos teórico-metodológicos e legais até o momento expostos não dão conta das demandas mais específicas dos jovens e adultos, pois a construção do PPP não deve ser um acumulado de reflexões teórico-filosóficas e legais sem conteúdo material, "não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas", como ainda vem sendo feito na Bahia, mas, deve-se elaborar a realidade no pensamento confrontando-a com a teoria, e propondo alterações significativas atreladas às necessidades dos sujeitos envolvidos no processo de formação profissional (VEIGA, 1995: 15). A construção do processo de trabalho pedagógico para elaboração do PPP deve deslocar-se do plano filosófico para o prático, aqui não se refere ao espontaneismo ou "praticismo", pelo contrário, faz-se necessário levantar uma questão científica que possibilite tal deslocamento, a saber: quais são as demandas sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais das populações onde estão sediados os campi do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano? Tais demandas deverão ser agenciadas no Congresso Geral do IFBAIANO, que articule estudantes, servidores técnicos, docentes, movimentos sociais, gestores regionais etc., a fim de identificar, analisar e propor alternativas com base nas condições concretas da realidade do IFBAIANO, tomando a **vida** objetiva e subjetiva como motor desse processo.

Diante disso, com base em tais princípios gerais, indicamos, com base em documentos produzidos por entidades sociais que representam tais frentes, algumas contribuições para a formação de professores, para a graduação, pós-graduação e educação do campo.

c) Contribuições para a política de formação de professores

Tomamos a referência da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), quando afirma: é importante ressaltar que a docência constitui o elo articulador entre os pedagogos e os licenciados das áreas de conhecimentos específicos abrindo espaço para se pensar/propor uma concepção de formação articulada e integrada entre professores. Essa concepção de docência supõe alguns princípios básicos construídos a partir de vários seminários com os estudiosos e pesquisadores do campo da formação de professores, os coordenadores institucionais, os estudantes de licenciaturas e professores da educação básica:

- Sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais bem como o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola (matemática, ciências, história, geografia, química, etc) que permita a apropriação do processo de trabalho pedagógico, criando condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional;
- Unidade entre teoria e prática que resgata a práxis da ação educativa;
- Gestão democrática como instrumento de luta pela qualidade do projeto educativo, garantindo o desenvolvimento de prática democrática interna, com a participação de todos os segmentos integrantes do processo educacional;
- Compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica de educador, estimulando a análise política da educação e das lutas históricas desses profissionais professores articulados com os movimentos sociais;

- Trabalho coletivo e interdisciplinar propiciando a unidade do trabalho docente, numa contra-ação ao trabalho parcelarizado e pulverizado, resultante da organização capitalista;
- Incorporação da concepção de formação continuada;
- Avaliação permanente dos processos de formação (ANFOPE 1998).

Algumas dimensões formativas para o exercício profissional no magistério são importantes a serem indicadas:

- Conhecimentos sobre a Educação Básica e sua gestão.
- Compreensão do campo de conhecimento específico de sua especialidade, o que permite "mover-se no campo".
- Domínio do conhecimento pedagógico do conteúdo a ser ensinado que fundamente ações didáticas pertinentes e diferentes para os diferentes conteúdos.
- Compreensão dos aspectos filosóficos, históricos, políticos e sociológicos da educação, integrando esses conhecimentos para a compreensão da realidade educacional de forma a permitir orientar suas práticas profissionais.
- Compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças e adolescentes em seus aspectos característicos sócio, psicológicos e culturais.
- Formação para o acompanhamento das ações educacionais e das progressões das crianças e adolescentes para realimentação pedagógica e gestão da escola, ou do sistema.
- Formação para o desenvolvimento de atitudes investigativas da prática educacional (Comissão SEB/MEC, 2016).

Desde sua criação a Anfope tem pautado sua luta pela defesa de políticas de formação e valorização profissional que assegurem o reconhecimento social do magistério, seu profissionalismo e profissionalização (ANFOPE, 2017).

Neste grave momento de crise política e econômica, em que se arquiteta o desmonte da educação pública e da política de formação e valorização dos professores, em nome da alegada necessidade de ajustes fiscais e cortes de gastos, que comprometem os direitos e princípios constitucionais e o atingimento das Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, a Anfope posiciona-se com as demais entidades científicas do campo educacional, com os movimentos sociais organizados, com os trabalhadores e estudantes e com os setores progressistas da população, em defesa da democracia e repudia todas as formas de ameaça de redução dos direitos assegurados pela Constituição Federal, em especial o direito à educação pública (ANFOPE, 2017).

Assim, juntamente com a ANFOPE nos posicionamos em defesa da defesa da escola pública, laica, estatal, gratuita em todos os níveis e modalidades de ensino, de qualidade referenciada socialmente para todas as crianças, jovens e adultos brasileiros (ANFOPE, 2017).

Para discutir tal cenário atual, o XI Encontro Nacional de Formação dos Profissionais da Educação discutirá Os *Planos de Educação, Diretrizes e Bases Curriculares: Impactos na Formação dos Professores no Brasil, a ser realizado na* Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ, 21, 22 e 23 de novembro de 2017, a partir dos seguintes Eixos Temáticos:

- Políticas e programas de formação inicial e continuada de professores;
- Ensino superior, pesquisa e extensão: programas, projetos, experiências e práticas em formação de professores;
- Reformulação dos cursos de formação de professores /licenciaturas: As propostas das IES atendendo a Res. 02/2015;

- Educação Infantil: políticas, formação e práticas;
- Ensino Fundamental: políticas, formação e práticas;
- Ensino Médio e/ou Educação Profissional: políticas, formação e práticas;
- Diversidade e Inclusão: políticas, programas de formação e práticas;
- Gestão democrática: políticas, programas de formação, experiências e práticas (ANFOPE, 2017).

Tais demandas são estratégicas na atualidade, na media em que se acirra a disputa pelo fundo público, pois as consequências podem ser ainda mais destrutivas para a educação em nosso país.

d) Contribuições para a Política de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação

- Encaramos a questão da organicidade na formação na graduação como prioridade. Precisamos assegurar uma cultura científica e social ampla, universal, sistemática.
- O sentido da formação precisa ser movido pelo princípio da ética pública, o que requer radical gratuidade. O compromisso do Instituto Federal deve ser com o público. A educação, nesse prisma, deixa de ser um elo na cadeia da regulação do trabalho no capitalismo dependente. A melhor contribuição que o Instituto pode propiciar aos seus estudantes é o compromisso com o trabalho, a ciência, a cultura, com o rigor do aprendizado e com a interpelação crítica dos grandes problemas dos povos, bem como o desenvolvimento de processos técnicos de intervenção social para melhorar a vida dos povos que compõe os territórios.
- Outro parâmetro crucial é de ordem ético-política. O Instituto deve ampliar e se envolver nas avaliações sobre os impactos socioambientais dos grandes programas que envolvem intervenções fortes nos territórios; sempre, contudo, a partir do serviço público e dos interesses sociais, culturais e históricos dos povos atingidos, referenciado em pareceres científicos que incorporem o ponto de vista dos atingidos pelos empreendimentos.
- Coerente com essas proposições, o programa não pode se furtar de demandar a discussão das políticas de ciência e tecnologia e, no que for pertinente, de inovação, particularmente em defesa da ideia de autonomia.
- Garantia do caráter público do conhecimento produzido e socializado no âmbito da instituição. As patentes e direitos de propriedade intelectual, advindos de pesquisas universitárias, devem possuir critérios que assegurem o uso público do conhecimento e a livre circulação de conhecimentos que não podem ser cerceados por direitos de propriedade.
- A fragmentação, o individualismo e a competição pela "excelência" são abertamente incentivadas, a despeito de seus prejuízos para a ciência, a tecnologia, a cultura e a arte. Embora tais determinantes sejam objetivos e, obviamente, não passíveis de serem transformados apenas em nosso espaço interno, isso não significa que o Instituto Federal não possa reagir e enfrentar as suas consequências para o ensino, a pesquisa e a extensão, nos marcos da noção de autonomia, que, ao fazer ciência rigorosa, contribui para tornar pensáveis os candentes desafios para o futuro dos territórios e, ao mesmo tempo, para projetar e antecipar problemas e alternativas emancipatórias;
- As graduações devem estar articuladas com as demandas dos territórios onde estão os Campi do IFBAIANO, a fim de dar respostas aos problemas vitais que acometem tais socioespaços, desde problemas de ordem econômico, político, sociais, educacionais, culturais, socioambientais etc.
- Os currículos de graduação devem ser elaborados com base em tais demandas territoriais e universais, numa perspectiva ampliada, a fim de formar um cidadão emancipado e não um cidadão produtivo. Na atualidade os currículos são frequentemente modificados a fim de adequá-los às demandas do mercado, o que é um equívoco. E tais alterações passam apenas pela modificação de uma ou outra disciplina e

carga horária, fragmentando ainda mais a formação, sem o devido debate, sem a consulta a especialistas etc., são vários equívocos que tem desqualificado a finalidade do trabalho formativo que deve ser produzido pelo IFBAIANO.

- Uma área do conhecimento científico não se desenvolve se não tiver delimitado o seu objeto, as suas problemáticas significativas, os seus métodos, as suas teorias, as suas instituições, o seu corpo de pesquisadores, formadores, professores estudiosos, estudantes em formação científica. Não se desenvolve se não tiver seus periódicos, seus eventos científicos, seus intercâmbios acadêmicos, científicos e tecnológicos, seu financiamento próprios públicos e seus laboratórios, equipamentos instalações, espaços e infraestrutura adequada. Enfim, não se desenvolve se não tiver um programa próprio de graduação e pós-graduação, seus projetos de ensino-pesquisa-extensão, se não tiver, em última instância uma política institucional e política pública municipal, estadual e nacional para o seu desenvolvimento (TAFFAREL, 2013).

Assim, questionamos:

- Por que elaborar uma política de pós-graduação, qual o motivo?
- Pra quê elaborar uma política de pós-graduação, qual a finalidade?
- Como elaborar uma política de pós-graduação, com que meios/modos?
- Ela deve contemplar os interesses gerais da sociedade ou os interesses de grupos ou áreas específicas dentro do IF Baiano?
- A que servirá, realmente?

Parecem perguntas tolas, mas não são. Se quisermos avançar na implementação das políticas institucionais do IF Baiano imediata, mediata e historicamente, precisamos antes responder a estas perguntas com base nas necessidades que a produzem e nas condições postas às mesmas, que extrapolam o IF Baiano.

Mas estas perguntas não podem ser respondidas apenas com variáveis, estas não possibilitam as explicações em essência, apenas nos trazem uma dimensão do real, por sinal, sem movimento, como uma fotografia; precisamos construir o nosso roteiro/filme, pois só assim conseguiremos avançar quantitativa e qualitativamente. Para tanto, precisaremos de um Congresso Geral do IFBAIANO.

e) Contribuições para a Política de Educação do Campo[17]

Para o Estado da Bahia temos um contingente aproximado de 14 milhões de habitantes, segundo Publicação no Diário Oficial da União de 05/10/2007, sendo aproximadamente 5 milhões de habitantes na zona rural. A taxa de desemprego na Bahia é superior a 20% sendo

10% em Salvador, representando uma média superior a taxa nacional. A distribuição de renda no Estado é uma das piores do país. De acordo com os dados do IBGE 72,6 % da população baiana recebe até dois salários mínimos, enquanto 3,7% da população recebe mais de 10 salários mínimos, demonstrando-se assim, uma alta concentração de renda entre a minoria da população.

O contraditório é que a BAHIA é o sexto Estado mais rico do Brasil, ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Paraná.

O desamparo e vulnerabilidade da população do campo, a qual se reflete nos altos índices de analfabetismo e no baixo desempenho escolar são decorrentes do desamparo histórico a que vem sendo submetida. Assim, 25,8% da população rural adulta (de 15 anos ou mais) é analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa é de 8,7%[18].

[17] As propostas aqui indicadas para Educação do Campo foram extraídas do documento Projeto Político Pedagógico do curso de licenciatura em educação do campo da UFBA, 2008.
[18] PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Brasília: Inep/MEC, 2006, p. 09.

De acordo com dados do PNAD (2004) o nordeste exibe a maior taxa de analfabetismo (26,6%) e o Estado da Bahia com 24,75% de analfabetos, índice bem acima da média nacional que é de 13,3%.

Um dado positivo diz respeito a freqüência de crianças entre 7 e 14 anos às escolas do ensino fundamental das áreas urbanas foi de 97,5%, e de 95,5% para as crianças da zona rural, demonstrando que, em termos de universalização, a escola urbana e a rural estão muito próximas. No entanto, a taxa de distorção idade-série na zona rural se manifesta de forma elevada desde as séries inicias do ensino fundamental, com cerca de 41,4% dos alunos com idade superior à adequada. Essa distorção se reflete nas demais séries, fazendo com que esses alunos cheguem às séries finais do ensino fundamental com uma defasagem de 56%. Nas zonas urbanas essas taxas são de 19,2% para as séries iniciais e de 34,8% para séries finais[19].

No que diz respeito ao Ensino Médio, entre os jovens de 15 a 17 anos, quando considerada a taxa de frequência líquida, o quadro é muito crítico na área rural: pouco mais de um quinto dos jovens nessa faixa etária (22,1%) estão frequentando esse nível de ensino contra 49,4% na zona urbana.

No ensino médio a Bahia repete a situação nacional, de maneira mais grave. Entre os jovens de 15 a 17 anos, quando considerada a taxa de frequência líquida ao ensino médio, o quadro é muito crítico na área rural: pouco mais de um quinto dos jovens nessa faixa etária estão freqüentando as aulas, somada a uma distorção da idade-série de 59,1% dos alunos da área rural[20].

A rede de ensino da educação básica na área rural, em 2005, possuía 96.557 estabelecimentos, correspondendo a cerca de 50% das escolas do país. Essa rede atendia a 5.799.387 alunos do ensino fundamental, sendo 4.146.638 matrículas nas séries iniciais e 1.652.749 alunos nas séries finais. O Ensino Médio na área rural, em que pese o aumento registrado de 2000 a 2005 pelo Censo Escolar, conta ainda com uma rede insuficiente. Neste há 206.905 matrículas em 1.377 estabelecimentos em todo o Brasil. Isso significa que 71,5% dos alunos das escolas rurais estão no primeiro segmento do ensino fundamental, 28,5% no segundo segmento e apenas 2,5% no ensino médio.

Quanto aos recursos disponíveis, 28,5% dos estabelecimentos não possuem energia elétrica, apenas 5,2% dispõem de biblioteca e menos de 1% oferece laboratórios de ciências, informática e acesso à internet. Segundo o tipo de organização, temos 59% dos estabelecimentos do ensino fundamental rural formados exclusivamente por turmas multisseriadas ou unidocentes, as quais concentram 24% das matrículas. As escolas exclusivamente seriadas correspondem a cerca de 20% e concentram pouco mais de metade das matrículas (2.986.209 alunos). As mistas (multisseriadas e seriadas) respondem por ¼ das matriculas (1.441.248 alunos).

Os dados e informações constantes dos estudos e diagnósticos produzidos nos últimos anos pelo Ministério da Educação confirmam as análises produzidas pelos movimentos sociais e justificam suas demandas. Os desafios para uma oferta de educação de qualidade para as populações identificadas com o campo foram discutidos e sistematizadas na I e na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizadas em 1997 e em 2004, respectivamente. O documento final da II Conferência apresentou as seguintes demandas:

- Universalização do acesso à Educação Básica de qualidade para a população brasileira que trabalha e vive no e do campo, por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas: o fim do fechamento arbitrário de escolas no campo; a construção de escolas no campo que sejam do campo; a construção de alternativas pedagógicas que viabilizem, com qualidade, a existência de escolas de educação fundamental e de ensino médio no próprio campo; a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) adequada à realidade do campo; políticas para a elaboração de currículos e para escolha e distribuição de material didático-pedagógico, que levem em conta a identidade cultural dos povos do campo e o acesso às atividades de esporte, arte e lazer.

- Ampliação do acesso e permanência da população do campo à Educação Superior, por meio de políticas públicas estáveis.

[19] Ibidem.
[20] Ibidem.

- Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente.
- Respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos.
- Na Bahia constata-se com maior dramaticidade, segundo dados oficiais, a intensificação da ausência de políticas sociais. As consequências dessa realidade exposta apresentam um quadro de exclusão escolar que se configura de diferentes formas ao longo do tempo e do espaço para aqueles que vivem e trabalham no campo.

Baseado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e na necessidade de ações imediatas, tendo como princípio a auto-organização dos educandos e educadores em vista a construção de políticas públicas "*para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável*" (DOEBEC: Art.4)(anexo 7) Considera-se que:

- A Educação do Campo é direito social, e política pública, que proporciona a todos a humanização e a plena consciência dos direitos, e ainda, que a educação escolar constitui um direito social e cabe ao Estado garantir as condições e os recursos para a sua efetivação;
- O Estado da Bahia apresenta índices alarmantes em relação à educação e em especial a exclusão de crianças e jovens do campo, do sistema educacional e que a avaliação da situação da educação do campo demonstra a necessidade de inclusão nas políticas públicas de grandes contingentes populacionais que vivem no campo;
- Que podemos assumir o desafio de formar profissionais da educação do campo capazes de influir nas definições e na implantação das políticas públicas educacionais de educação do campo, em todos os níveis de escolaridade e dar especial atenção às demandas diferenciadas entre as populações campesinas, tais como ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, assentados, caiçaras, extrativistas, quilombolas, atingidos por barragens, dentre outros, em um curso de Graduação – Licenciatura em Educação do Campo;
- Que a inclusão da população do campo na política educacional brasileira é assegurada pela interiorização das Instituições de Ensino Superior, públicas, gratuitas e de qualidade, valorização e formação específica de educadores do campo que priorize a formação profissional e política de educadores e educadoras do próprio campo, gratuitamente a formação no trabalho que tenha por base a realidade do campo e o projeto político e pedagógico da Educação do Campo, com formas de organização do trabalho que qualifiquem a atuação dos profissionais da Educação do Campo;
- Que a SECAD/MEC, a partir da II CONFERENCIA NACIONAL PARA UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO e das contribuições dos Movimentos Sociais organizados no campo e de entidades da sociedade brasileira que defendem a educação para todos encaminhou um Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo;
- Que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB estabelece a inspiração do ato educativo nos ideais de liberdade e solidariedade humana e no pleno desenvolvimento do educando e que as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para Escolas do Campo, (Resolução nº 01, de 03 de Abril de 2002/CNE/MEC), garantem um arcabouço legal para a afirmação de uma política educacional específica do campo, ao reconhecer o modo próprio de vida social e de utilização do espaço como elementos essenciais na constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira.
- Que a Educação do Campo conta hoje com respaldo legal para exigir um tratamento diferenciado e especifico como constatamos no artigo 28 da Lei nº 9.394/96 – LDB, onde ficou estabelecido o direito aos povos do campo a um sistema de ensino adequado à sua diversidade sócio-cultural. E, no detalhamento nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002) que em seu Art. 6º, determina a oferta da educação infantil e fundamental nas comunidades rurais e que em seus artigos 5º, 7º, 8º, 9º, e 10º desta resolução tratam de alterações na organização do trabalho

pedagógico, do currículo, tempo escola e gestão compartilhada ganhando com isto a escola do campo um caráter abrangente, dialógico, flexível e dinâmico;

Conforme princípios e diretrizes dos termos da minuta MEC da política de Educação do Campo que são:

- Formar e habilitar profissionais para a educação fundamental (anos finais) e média, em consonância com a realidade social e cultural específica de cada região, segundo a legislação nacional que trata da educação escolar e da formação de professores.
- Apresentar propostas Político-pedagógicas que contemplem e articulem uma sólida formação do educador, nos princípios éticos e sociais, próprios à atuação como profissionais da educação, em especial, da Educação do Campo, na compreensão teórica e prática dos processos de formação humana e na área de conhecimento escolhida, para sua atuação docente.
- Organização dos componentes curriculares por áreas do conhecimento e estímulo ao trabalho docente multidisciplinar, de modo que os estudantes possam vivenciar na prática de sua formação a lógica do trabalho pedagógico para o qual estão sendo preparados.
- Ênfase na pesquisa, como processo desenvolvido ao longo do curso e integrador de outros componentes curriculares, culminando na elaboração de um trabalho monográfico com defesa pública.
- Processos, metodologias e postura docente que permitam a necessária dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos já produzidos pelos educandos em suas vivências sócio-culturais.
- Estágios curriculares que incluam experiências de exercício profissional na docência escolar na área de conhecimento escolhida, na gestão de processos educativos escolares e em projetos de desenvolvimento comunitário junto às populações do campo.
- Criar condições teóricas, metodológicas e práticas, para que os educandos possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico, planejamento e gestão da escola. Garantir que todas as ações pedagógicas sejam planejadas e executadas de forma participativa pelos estudantes e pelos formadores.
- Avaliação interna e externa, planejadas e construídas em conjunto com os estudantes envolvidos.
- O projeto do curso deverá contemplar todas as áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar, sendo a opção pelo aprofundamento em uma delas, feita pelo estudante.
- Organização curricular em regime de alternância, com etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares) para permitir o acesso, a permanência e a relação prática- teórico- prática, vivenciada no próprio ambiente social e cultural dos estudantes.
- Carga horária mínima de 3.200 horas, distribuídas em até nove (9), etapas presenciais de curso.
- Possibilitar a participação de estudantes em estudos curriculares; projetos de iniciação científica, monitoria; extensão; vivências nas mais diferentes áreas do campo educacional, estágio curricular, bem como ações que visem a mobilização e sensibilização da comunidade acadêmica para a permanência com sucesso dos estudantes do campo no Instituto.
- Realização do curso por meio de parcerias das IES públicas com Secretarias Municipais de Educação e Movimentos Sociais[21].

[21] As presentes diretrizes foram instaladas no âmbito do MEC, a partir da orientação das demandas advindas dos 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo. Parte destas demandas materializou-se na implementação do PROJETO-PILOTO de Licenciatura em Educação do Campo, no âmbito de quatro (4) Universidades indicadas, a saber: Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Universidade de Brasília- UnB, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Fonte: UFBA. Projeto do curso de Licenciatura em Educação do Campo, 2008.

A partir do diálogo com agricultores regionais, algumas ações importantes são reivindicadas aos governos em geral e ao IFBAIANO:

- Lutar permanentemente pela efetivação da educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade, implementando as diretrizes operacionais da educação do campo, garantindo infraestrutura e mudança curricular que contemple a diversidade regional, atendendo todos os níveis (básico, profissionalizante e superior), em especial investindo no fim do analfabetismo no meio rural.
- Elaborar propostas política pedagógica e propostas curriculares com metodologias voltadas às diversas realidades da agricultura familiar e camponesa, para os cursos de licenciaturas e formação continuada de educadores/as do campo;
- Lutar pela implantação de cargas horárias especificas de disciplinas voltadas para a agricultura familiar, com o mesmo grau de importância das demais matérias,
- Articular e organizar a "Rede" de Educadores/as multidisciplinar, equipes técnica profissionalizante e equipe Pedagógica, como espaço para a troca de experiências, exercício de práticas pedagógicas e de construção de orientações que fortalecem as ações formativas do IF BAIANO para a Educação do Campo.
- Lutar pela garantia da formação inicial e continuada de educadores/as do campo, a valorização da carreira desses profissionais com cargos e salários específicos, a criação de plano de carreira, o ingresso por concurso público para os professores que trabalham nas escolas do campo, estimulando sua permanência na carreira e na educação do campo, assegurando benefícios de moradia nas comunidades rurais.
- Avançar no debate acerca de outras temáticas nos programas de Educação do Campo, nesse sentido, inserir na proposta curricular ações sócias educativas com atividades recreativas, lúdicas, artísticas, esportivas e de lazer, contemplando os interesses dos/as adolescentes e jovens, revalorizando as diversas manifestações culturais locais e suas varias formas de expressão.
- Reivindicar e garantir que o IF BAIANO assuma os custos dos cursos de formação técnica integrada e subsequente, utilizando a metodologia de ensino por alternância voltada para a juventude da agricultura familiar e camponesa.
- Garantia de transporte público de qualidade para os jovens estudantes, facilitando o seu acesso aos Campi do IF BAIANO.
- Incentivar a interiorização do IF BAIANO, com cursos e metodologias voltadas às diversas realidades da agricultura familiar e camponesa, garantindo o acesso dos/das jovens rurais a essas instituições.
- Aproximar a escola do campo e os Campi do IF BAIANO das realidades e necessidades da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas através da pesquisa, extensão, programas de estágios de vivência e intercâmbio;
- Lutar pela revisão dos projetos político pedagógicos dos cursos de agropecuária do IF BAIANO, para capacitar técnicos comprometidos com a agricultura familiar e camponesa, visando um modelo de desenvolvimento rural sustentável;
- Garantir a Educação Profissional contextualizada e integral de educadores/as educandos/os abrangendo os aspectos socioculturais, político e ambientais da região, envolvendo as comunidades nas discussões, elaborações, execuções e validações dos projetos políticos e pedagógicos aprofundando a interação Escola Comunidade.

f) Contribuições para a política de extensão

Segundo ROCHA (1986), FAGUNDES (1986) E BOTOMÉ (1992) apud Melo Neto (2002), os primórdios da extensão universitária aparecem com as universidades populares da Europa, no século passado, que tinham como objetivo disseminar os conhecimentos técnicos. Segundo GRAMSCI (1981:17), estes movimentos eram

dignos de interesse e merecem ser estudados: eles tiveram êxito no sentido em que revelaram da parte dos simplórios um sincero entusiasmo e um forte desejo de elevação a uma forma superior de cultura e de uma concepção de mundo. Faltava-lhes, porém, qualquer organicidade, seja de pensamento filosófico, seja de solidez organizativa e de centralização cultural; tinha-se a impressão de que eles se assemelhavam aos primeiros contatos entre mercadores ingleses e negros africanos: trocavam-se berloques por pepitas de ouro.

Já na América Latina, inicialmente a extensão universitária esteve voltada para os movimentos sociais. Destaca-se o Movimento de Córdoba, de 1918. A relação entre universidade e sociedade é enfatizada pela primeira vez, pelos estudantes argentinos. Essa relação seria materializada através das propostas de extensão universitária que possibilitassem a divulgação da cultura a ser conhecida pelas "classes populares". Esta foi uma ideia preliminar, que permeou também a organização estudantil no Brasil, a partir de 1938, quando foi criada a União Nacional dos Estudantes – UNE. Essa ideia foi determinante para a concepção de extensão veiculada pelo movimento estudantil brasileiro.

Anterior ao movimento estudantil no Brasil houve experiências e veiculação da extensão com as universidades populares, na tentativa de tornar o conhecimento científico e literário acessível a todos.

Com essa perspectiva, no início do século, surge a Universidade Popular da Paraíba e a Universidade Popular de São Paulo, sendo esta a mais importante. Mas, sobretudo com a Universidade Popular de São Paulo, a experiência de extensão, a partir da organização universitária, inicia-se pela promoção de "cursos de extensão" veiculadores de conteúdos "positivistas ou de disseminação da cultura da elite" (ROCHA, 1989:7).

Na concepção veiculada pelo movimento de Córdoba a extensão universitária como fortalecimento da função social da universidade, se desenvolve como uma tentativa de participação de segmentos universitários nas lutas sociais, objetivando transformações da sociedade.

A extensão a partir dos movimentos estudantis é entendida em termos de difusão da cultura e de integração da universidade com o "povo". As vias de implementação serão, naturalmente, os cursos de extensão e divulgação de conhecimentos científicos e artísticos. Essa concepção compreende a função da universidade como "doadora" de conhecimento, pretendendo impor "sapientia" universitária a ser absorvida pelo povo.

Em seu Congresso da Bahia (UNE, 1961:26), ao discutir a Reforma Universitária, a entidade apresenta os traços marcantes da extensão universitária. Esse documento trata de dois aspectos básicos: a análise da realidade brasileira e a análise da universidade no Brasil. No texto o que merece ser destacado é o que trata da Reforma Universitária que, definindo suas diretrizes, passa a assumir um "compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo". Assim, é que se defende a abertura da universidade ao povo, com prestação de serviços a serem desenvolvidos pelos estudantes em faculdades. Esses cursos possibilitariam o conhecimento da realidade por eles e, por isso, a universidade, a extensão – os levaria à realidade. A universidade atuaria de forma política na defesa dos direitos da classe operária e participando da gestão junto aos poderes públicos. E através da extensão, a conscientização das massas populares, despertando-as para seus direitos.

Das diretrizes da Declaração da Bahia, marcaram características de uma universidade democrática, marcada pela extensão universitária. O Movimento Estudantil desenvolveu ações no sentido de "abrir a universidade ao povo" e, por outro lado, de "levar os estudantes à realidade".

Após 64, a ditadura militar assumiu algumas das reivindicações do Movimento Estudantil, dando-lhes a sua peculiar conotação ideológica. Incluiu como disciplina nos currículos da universidade os estudos de problemas brasileiros. A análise política, contudo era feito segundo o "catecismo da ditadura militar dominante e não traduzia, na prática, o significado dado pelos estudantes, na Declaração da Bahia". No tocante à extensão, a ditadura criou vários programas de integração estudante-comunidade. Observa-se o papel político atribuído à extensão universitária demonstrando como pode servir de controle social e político. Vale lembrar também das duras repressões sobre a sociedade brasileira e sobre o Movimento Estudantil, matando o sonho da universidade democrática.

O MEC (BRASIL/MEC, 1985: 31) expressa à importância, bem como a conceituação de extensão universitária, através da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior. O relatório final dessa comissão menciona que a extensão universitária vem assumindo formas diversificadas e, consequentemente, exige uma melhor definição de sua natureza. A extensão universitária tem adotado as mais variadas formas de atividades como: estágios curriculares, trabalhos de assessorias e consultorias, além de atendimento a setores sociais carentes. Destaca-se sobre extensão, em relação ao MEC, o relatório do GERES (BRASIL/MEC, 1986: 3), reforçando a Lei no. 5.540/68, em que se estabeleceu o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prefigurando esta como elemento associado em igualdade de condições.

Durante o XIII Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste (BRASIL/MEC, 1994: 1), a extensão é vista como "um nascedouro e desaguadouro da atividade acadêmica, da qual a pesquisa seria o desenvolvimento das respostas, e o ensino o envolvimento dos estudantes em todas as etapas desse processo...". Isto vai implicar a necessária parceria tão propalada nos dias de hoje. Parcerias que se expressarão tanto na dimensão interna como, também, na dimensão externa da comunidade universitária.

Segundo Melo Neto, várias concepções de extensão que chegaram ao país trazem consigo a perspectiva de que a universidade deve prestar um serviço à sociedade. Uma perspectiva que pode ser definida como uma via de mão única. Por outro lado, foi se desenvolvendo (estando, hoje, mais presente) outra compreensão em que se buscava a possibilidade de permutas nas relações entre universidade e sociedade. Essa compreensão estabelece que, pela extensão, a universidade troca conhecimento com a comunidade e a comunidade também esboça a mesma atitude em relação à universidade. Isto caracteriza a condição da extensão como uma via de mão dupla.

O autor diz que há quase uma total ausência da preocupação com a produção do conhecimento por parte da academia, que se estivesse em contato direto com a realidade concreta através das atividades extensionistas nas comunidades, abriria possibilidade e para realização de conhecimento novo. Segundo Pinto (1986), a extensão universitária, superaria o estudo ocioso tão presente no meio acadêmico, da cultura alienada, enfim, da pesquisa fortuita e sem finalidade imperiosa.

Diante disso, algumas contribuições para a extensão:

- Na extensão, faz-se necessário romper com a relação unívoca que se desenvolve em um sentido – Instituição para o povo. A superação desse tipo de conceito exigirá que outros demonstrem a instauração do diálogo como pressuposto de suas realizações, dando prioridade às metodologias que incentivam a participação dos envolvidos nesses processos. Melo Neto diz que ao se pensar a extensão como trabalho social útil, vê-se que este trabalho não se exerce, apenas, a partir dos participantes da comunidade acadêmica, servidores e alunos. Na sua dialeticidade, exige a dimensão externa à academia, que é a participação de pessoas da comunidade ou mesmo de outras instituições da sociedade civil, como os movimentos sociais. Está aí presente uma relação 'biunívoca', para onde os participantes da comunidade acadêmica e os de outras instituições ou da comunidade confluem.

- Na extensão há uma necessidade da produção do conhecimento e não simplesmente a promoção de uma relação entre saberes acadêmicos e saberes populares. A busca por produção de um conhecimento transpõe a dimensão meramente de troca de saberes. Essa dimensão ocorre nas ações extensionistas, mas não se constitui, simplesmente, de processos relacionais. A definição formulada no Fórum de Pró-Reitores, desde 1987, já vislumbra a preocupação com a "produção do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da comunidade acadêmica".

- Extensão, como trabalho social útil, passa a ser agora exercida pela comunidade acadêmica e por membros de uma comunidade sobre a realidade objetiva. Um trabalho coparticipado que traz consigo as tensões de seus próprios componentes em ação e da própria realidade objetiva. Um trabalho onde se buscam objetos de pesquisa para a realização da construção do conhecimento novo ou reformulações das verdades existentes.

- Nesse sentido, para Melo Neto, a realidade social é determinada e sua explicação só é possível quando for possível apreender sua determinação. Trata-se, portanto, de um exercício rigoroso, que parte de abstrações na busca das determinações dessa realidade concreta. O concreto real trata-se de um movimento rigoroso que toma como ponto de partida a realidade, avança para a análise, na busca das determinações. O concreto é, em suma, expressão de uma síntese em que, pelo exercício do pensamento e da abstração, tenta-se o seu desvelamento. Esse movimento expressa um triplo caminho que vai da realidade (concreta) através da abstração; dessas abstrações, mantendo o concreto, caminha-se para a chegada de um novo concreto, aquele tomado como ponto de partida, agora, acrescido das abstrações: o conhecimento novo.

- A extensão pode ser encarada como uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva, produzir conhecimentos que visam à transformação social, ou seja, visando a

construção da cidadania. A extensão cria um produto, esse produto se chama conhecimento para a transformação social.

- É a concepção de extensão como trabalho socialmente útil que assumimos em nossa plataforma para o IFBAIANO, e isto pressupõe ações articuladas a fim de ampliar o debate sobre a extensão no Instituto Federal Baiano, ouvir os setores envolvidos, os estudantes e servidores que produzem a extensão, bem como estabelecer diálogo com as comunidades, a fim de pensar numa política séria de extensão.

II - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

O maior e mais importante desafio identificado por **nós** para o Instituto Federal Baiano está na construção de uma CULTURA DEMOCRÁTICA, considerando a abrangência do conceito de cultura, que se relaciona com toda produção humana e, portanto, com o trabalho – não derivando uma da outra, mas ambas como marcos da elaboração do humano –; considerando a democracia como participação da população na vida pública; e a transparência como mecanismo de participação social.

Chamamos a atenção para o entendimento de cultura e de democracia que propomos, pois NÃO É QUALQUER DEMOCRACIA que cabe à construção do IF BAIANO. A democracia que defendemos não serve aos interesses de governos ou do mercado. Entendemos sim que as demandas dos indivíduos que constituem esta sociedade – as comunidades interna e externa do Instituto Federal Baiano – devem orientar a construção de nosso Instituto. Somente o amplo debate qualificado e a construção colaborativa, a autonomia integral (administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica, científica e disciplinar) e o financiamento público, segundo os princípios que apresentamos aqui nesta plataforma, ou seja, o respeito à coisa pública, podem garantir a árdua tarefa que será construir uma cultura democrática (sem medo), diante de um histórico de opressões e oligarquias institucionalizadas no serviço público.

1. Defendemos a construção de um Congresso, atrelado ao incentivo de participação da unidade dos trabalhadores – servidores e estudantes – do IF BAIANO que possibilite-nos estabelecer um debate amplo e qualificado. Defendemos ainda que o primeiro Congresso seja Estatuinte para que a comunidade acadêmica delimite seu conceito de Instituto Federal e elabore um entendimento de função social do Instituto Federal Baiano.

O Congresso é uma instância de profundo dialogismo, no qual se reconhecem as contradições e as necessidades da instituição. É deste dialogismo que estudantes e servidores orientarão a elaboração do **Plano Diretor** do IF BAIANO e este, por sua vez, garantirá as bases da política institucional: as bases da política de infra-estrutura; estudantil; de pessoal; de educação, ciência e tecnologia; e cultural, substituindo uma política de editais por uma política de programas, garantindo e incentivando a participação de estudantes e servidores na construção dos caminhos a serem percorridos rumo ao desenvolvimento institucional.

Outras Instituições de Ensino Superior (IES) já realizam Congressos como política de participação da comunidade para a elaboração de seu Plano Diretor, a exemplo da Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Entretanto, acreditamos ainda que esta construção colaborativa não deve se limitar a eventos calendarizados. Para construirmos uma cultura democrática, é preciso tanto criar espaços de participação quanto criar incentivo para ocupá-los, proporcionando ao (à) estudante e ao (à) servidor (a) o direito de participar da vida cotidiana da instituição em sua plenitude, ou seja, exceder a sala de aula, romper com o vício de reuniões meramente administrativo-burocráticas e informativas e auxiliar com seu conhecimento e prática nos debates necessários que devemos enfrentar para a construção de uma instituição com a responsabilidade de um Instituto Federal presente em 19, do total de 26, territórios de identidade da Bahia.

2. Defendemos a criação de fóruns colegiados temáticos de consulta para possibilitar a participação e o envolvimento cotidiano da comunidade acadêmica na construção do IF BAIANO, na expectativa de que

esta política possibilite e amplie o sentimento de pertencimento coletivo, crítico-reflexivo, e a autogestão institucional.

Os fóruns de pseudo-participação propostos nestes primeiros anos de Instituto Federal Baiano não têm garantido o dialogismo e a transparência necessários em respeito à coisa pública. Entendemos que esta instituição é um patrimônio muito valioso para o país e deve servir de "voz pública qualificada" e como "estratégia de nação".

Acreditamos na tecnologia da informação e comunicação como fundamentais para o nosso tempo e não podemos fechar os olhos para os benefícios que ela nos tem legado. No entanto, discordamos do uso que tem sido feito destas tecnologias como veículo de falsa participação dos processos de consulta à comunidade acadêmica e de suas regulamentações. O *Opina* é um instrumento que interdita o debate, uma vez que ofusca as propostas e não permite sua ampla discussão. Definitivamente, ele é um ataque ao princípio da transparência pública. Não diferente disso, o Regulamento de Acesso e Utilização do Correio Eletrônico do IF BAIANO (Resolução nº 78, de 14 de dezembro de 2016) também buscam cercear o, verdadeiramente, único espaço dialógico que a comunidade acadêmica tem para debater entre seus pares o desenvolvimento e o cotidiano da instituição, mas também seus pensamentos e práticas para o desenvolvimento regional e nacional.

3. Defendemos a ampliação da transparência nos debates e processos institucionais, para a qual a Tecnologia da Informação e Comunicação terá papel fundamental devido às características de nosso tempo e ao nosso caráter público.

Trocamos o nome da instituição, mas mantivemos as mesmas práticas arcaicas que resultam em centralização dos processos decisórios e no autoritarismo. É sabido que o assédio moral é muito comum no serviço público, mas nós não podemos deixar de intervir contra este *modus operandi*. Existe um revezamento das mesmas pessoas em Funções Gratificadas e Cargos de Direção presente há décadas nestes espaços com pequena abertura para novos ingressantes à medida que a demanda se amplia e que tomam decisões unilaterais; as reuniões tornam-se cada vez mais escassas e servem, em geral, para informes, esvaziando os espaços de debate e de proposições; as representações em comissões ocorrem, cada vez mais, sem eleição entre os pares, mas por indicação dos gestores; c*ampus*, cursos, programas, planos e projetos são construídos sem que a comunidade acadêmica seja ouvida. Os processos decisórios foram sequestrados da vida cotidiana da comunidade acadêmica com o intuito de grandes oligarquias se preservarem no poder.

Acreditamos que estas centralizações dos processos decisórios alimentam o autoritarismo e os assédios morais a que estamos sujeitos. Nunca vimos tantos Processos Administrativo-Disciplinar (PAD) abertos com fins persecutórios a servidores (as) que constrangem, ameaçam e penalizam com cortes de salários e demissões. Além de práticas perniciosas, como cargas horárias muito dispares entre os pares; privilégios de amigos na elaboração dos horários de aula; vigilância constante àqueles que não corroboram com tais práticas; punição constante com faltas; solicitação de boletins semanais e preenchimento dos mesmos documentos e informações repetidas vezes; procrastinação; comunicações institucionais não respondidas; negação de atas de reuniões, dentre tantos outros.

4. Defendemos a eleição das Funções Gratificadas, a partir do segundo ano de gestão, na condição de projeto piloto e, portanto, podendo-se estender por mais um ano, a fim de garantir um tempo inicial para a organização da instituição com o processo de transição de gestão e podendo, dessa forma, estabelecer os critérios e meios de escolha. Bem como, findo o projeto piloto, no ano seguinte, realizarmos as eleições dos Cargos de Direção e democratizarmos, assim, a gestão institucional.

Quando os cargos não mais estiverem à disposição da manutenção do poder e servirem para selecionar profissionais com capacidade técnica e política para dirigí-los ou coordená-los com a participação da comunidade acadêmica, enfim conseguiremos deixar de ser uma instituição que reciclou (apenas a embalagem) de antigas instituições e passaremos a construir o Instituto Federal Baiano.

Urge, deste modo libertário de pensar a instituição, uma CULTURA DEMOCRÁTICA que equalize as relações de forma equânime baseada numa democracia participativa e na transparência com respeito à coisa pública,

aos servidores e estudantes, à comunidade externa e como uma estratégia de nação: sem centralismo, sem autoritarismo, sem medo.

III – AUTONOMIA, FINANCIAMENTO, INFRA-ESTRUTURA

Autogoverno e Autonormação

A realização da função social do Instituto propugnada somente é possível no gozo da autonomia, aqui compreendida nos seus termos constitucionais: quanto aos fins (didático-científicos) e quanto aos meios (gestão financeira e patrimonial e administrativa). A sua materialização exige o exercício pleno de duas prerrogativas essenciais: o autogoverno e a autonormação.

O autogoverno é o exercício da administração compartilhada da instituição, por meio de seus colegiados, e a autonormação é a prerrogativa de escrever e determinar as suas próprias leis, em harmonia com a Constituição Federal.

Há muitos anos a comunidade acadêmica demanda uma vida nova, por meio de um Estatuto autônomo, reconhecido como legítimo, e que possibilite o fortalecimento das mediações próprias do ambiente acadêmico como condição para a sua função pública.

Financiamento Público

- Cada Real encaminhado para o orçamento do IFBAIANO deve ser pensado como uma representação material do dever do Estado com a manutenção e ampliação da educação e da ciência públicas, gratuitas, de qualidade e socialmente referenciadas. Prover educação e ciência públicas e gratuitas é o caminho para a efetiva construção de um projeto de nação autônomo, articulado com os interesses de todos os povos.
- Recuperação da capacidade orçamentária de financiamento ampliando a base de financiamento público do IFBAIANO junto ao MEC, MCT, MinC, Ministério da Saúde, Ministério das cidades, poderes legislativos, estado e prefeitura;
- Elaboração efetiva de orçamento participativo e criação de uma Comissão de planejamento e orçamento que construa a proposta de orçamento global a partir das unidades, junto com a administração central, e acompanhamento de sua execução;

A dimensão socioespacial e socioambiental do IF BAIANO articulado a política de infraestrutura.

- A criação do IF BAIANO no contexto de “estruturas” pré-existentes.

A história de criação do IF BAIANO, no modelo de organização atual, inicia-se com a lei 11.892 de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. No entanto, o patrimônio físico e organizacional da instituição é antigo, constituído por uma complexa dimensão temporal e espacial, diacronia e sincronia, de suas unidades, que se articula a uma ideia de “rede” na perspectiva de criar uma identidade institucional nova e moderna.

O geógrafo Milton Santos afirma que poderíamos dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo de vida de todos. Nesse

sentido concorda-se com o autor quando afirma que o espaço: “é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (território) relacionados com possibilidades diferentes de uso do tempo” (SANTOS, 2012, p. 160).

Essa reflexão nos coloca na perspectiva de pensarmos quais os espaços (ou política de território) queremos para uma gestão democrática para o IF Baiano em uma nova gestão (2018 – 2022) com Carlos Magno para reitor. Esse ponto é fundamental, pois devemos debater quais espaços almejamos nessa integração de antigas escolas agrícolas com novas escolas, com antigos funcionários e novos funcionários e antigas estruturas de poder e uma nova política que desejamos mais democrática.

Constituição do IF Baiano:
1920: Federalização da Escola Agrotécnica de Catu **1965:** Criação da EMARC - Uruçuca **1980:** Expansão da EMARC – (Valença, Itapetinga e Texeira de Freitas) **1993:** Expansão das Agrotécnicas Federais (Santa Inês, Senhor do Bonfim e Guanambi) **2013:** Criação dos campi Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira **2016:** Expansão de novas unidades do IF Baiano na Bahia – (Alagoinhas, Serrinha, Itaberaba e Xique-Xique)

Nota-se uma dimensão regional do IF Baiano, principalmente com as EMARCS e a vocação na formação agrícola, outra dimensão é a escala local com as Escolas Agrícolas Federais, principalmente com a expansão na década de 90, e uma nova articulação de escolas recém-inauguradas que compõe o criado IF Baiano. Dessa maneira, o desafio é fazermos uma política de gestão democrática, transparente e articulada nas diferentes escalas locais, regionais e nacionais para construirmos a plataforma dos espaços democráticos no IF baiano.

Tanto a região como o lugar são subespaços subordinados às mesmas leis gerais de evolução, em que o tempo entra como condição de possibilidade e entidade geográfica preexistente entra como condição de possibilidade (SANTOS, 2012). A nosso ver, a construção dessas dimensões do local, da região e da rede de campus no IF Baiano é uma possibilidade de debatermos a construção do desenvolvimento socioespacial e socioambiental que queremos em cada campus.

Essa constituição do IF Baiano impõe o desafio de administrar a maior instituição federal do Brasil em quantidades de campi na tipologia estabelecida pelo MEC (90/70) “Escola – Fazenda”, que aumenta a responsabilidade para uma maior e melhor gestão dos recursos financeiros, principalmente na política de alojamentos para estudantes, quantidade de salas de aulas e laboratórios, quantidade de docentes e técnico-administrativos e distribuição de funções gratificadas em cada campus.

- A compreensão da ideia de desenvolvimento socioespacial e socioambiental no âmbito do IF Baiano

Compreendemos que a ideia de desenvolvimento socioespacial e ambiental no IF Baiano não deve ser uma proposta numérica, de crescimento dos espaços físicos construídos, do número de laboratórios, da quantidade de áreas verdes e etc. Deve ser uma proposta de melhoria na qualidade de vida das pessoas que fazem parte da rede de forma direta e indireta.

Para algumas pessoas o Instituto Federal “desenvolve-se” ao crescer, ao se expandir, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos equipamentos adquiridos, ao ter algumas áreas embelezadas e remodeladas. Esquecem-se dos custos, sociais e ambientais, da extração mais valia e uma drenagem da carga de trabalho dos que fazem o instituto Federal.

A ideia de desenvolvimento socioespacial dos campi que propomos não envolve uma dimensão exclusiva da dimensão econômica das unidades, mas uma política constante da qualidade do “produto social” que faz o nosso instituto. O desenvolvimento socioespacial e ambiental é a qualidade de vida do produto social que faz o IF Baiano.

Esse desenvolvimento seguirá o princípio do bem estar social, da transparência, do combate a perseguições nos campi e de uma política de ouvidoria constante aos docentes e técnicos administrativos. O Instituto Federal Baiano propõe desenvolver-se baseado no bem estar de seus servidores, através da melhoria dos serviços de infraestrutura física e principalmente no princípio do diálogo e transparência junto aos servidores.

- **Contribuições para a política do espaço e infraestrutura no IF BAIANO:**

- Criação da Coordenação de Infraestrutura do IFBAIANO com status de Pró-reitoria para o fortalecimento institucional e operacional, articulando as dimensões socioespaciais e socioambientais.
- Criação de uma plataforma com contribuições de alunos e dirigentes para melhoria dos serviços prestados no campus do IF Baiano
- Realização de instrumentos para padronização e sinalização dos campus
- Adequar todos os espaços do IF Baiano com política de acessibilidade
- Criação do memorial do IF Baiano – Valorizando a história das EMARCS e das antigas escolas agrotécnicas federais
- Continuar com as reformas e ampliações necessárias para fortalecimento da pesquisa, do ensino e da extensão em cada campus;
- Atualizar, fortalecer, capacitar e ampliar a base técnica do trabalho do IF BAIANO.

IV - O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL SUSTENTÁVEL ARTICULADO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E REGIONAL

O desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior e Misto, como é o caso dos Institutos Federais, está alinhado ao programa nacional de desenvolvimento e ao programa regional de desenvolvimento porque assim determina a legislação que as regula, mas também porque a educação constrói e é capaz de transformações reais e inclusivas.

Quando se começou a discutir a reforma do ensino superior, parte significativa das pautas eram a sustentabilidade das instituições, a expansão, a democratização do acesso e as condições de permanência, a internacionalização, a gestão democrática e a autonomia, dentre outros. Gradativamente, foram se afastando do viés gerencialista, produtivista e mercantil suscitado pelas políticas macroeconômicas que minimizaram o papel do Estado e consequentemente, da educação. Pode-se perceber, no Brasil, uma retomada da importância da educação diante da expansão da rede federal, bem como o programa de cotas que ampliou as possibilidades de acesso. A Bahia passou de apenas uma universidade federal em seu território para cinco, além da criação da rede federal de Institutos. Só o IF Baiano saiu de quatro escolas agrotécnicas iniciais para os atuais catorze *campi*.

Mas os desafios não são poucos. O contexto nacional vem se alterando radicalmente. Avançando no atendimento aos pressupostos neoliberais, o Estado volta a ser reduzido. Os investimentos nas áreas estruturais e, por conseguinte sociais e educacionais, foram congelados por vinte anos. O patrimônio público estratégico está sendo leiloado.

Diante desse cenário nefasto, é necessário compreender e redimensionar o papel das IES, dos Institutos Federais e lutar por eles. É chegada a hora de identificar e fortalecer o papel do IF Baiano no cenário local, regional e nacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96, em seu Artigo 86, cita que "as instituições de ensino superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao sistema Nacional de Ciência e Tecnologia" (BRASIL, 1996). Tal artigo complementa o entendimento da necessidade de equiparação das Universidades Federais e Institutos Federais.

Destarte, os Institutos Federais, híbridos por natureza estruturante, são parte e devem se apropriar desse quinhão, do processo de desenvolvimento nacional, bem como contribuir para as definições conceituais desse desenvolvimento. E esse trabalho passa necessariamente pela construção/fortalecimento da identidade de cada Instituto. Qual o papel do IF Baiano? Onde estamos e onde queremos chegar? Qual a sua função social?

Essas respostas deveriam ter subsidiado a construção dos documentos que direcionam os rumos da política institucional. No entanto, não se pode considerar que as maneiras aligeiradas, sem processo planejado de leitura, reflexão e análise profunda, dadas as circunstâncias em que se "produziu" o IF Baiano, corroboraram e corroboram para a inserção do IF Baiano em um cenário mais amplo, quiçá no cenário local. Como as políticas para a educação sofrem o impacto direto das demais políticas governamentais, ao tempo em que elas próprias são também políticas governamentais, a importância da inserção no âmago da sociedade pode definir a perenidade ou não de uma instituição. Esse entendimento coaduna-se com a condição *sine qua non* da construção da autonomia institucional para o fortalecimento/permanência da mesma no cenário nacional.

Ao contrário das universidades que têm uma trajetória histórica e ainda assim uma luta árdua cotidiana, os Institutos possuem história muito "recente". Não se tem tradição nos temas relevantes aos quais foram inseridos e isso aponta para uma longa trajetória a ser construída.

A luta para a construção do desenvolvimento institucional e daí, para a colaboração no desenvolvimento regional e nacional deve ocorrer à distância do isolamento, da fragmentação e das vaidades. O IF Baiano precisa inserir-se na produção do conhecimento e não manter-se na zona de conforto da reprodução acrítica do conhecimento. Sem ciência e sem suor não é possível construir uma instituição forte e relevante para a sociedade.

Assim, para a construção do desenvolvimento institucional e a articulação com o desenvolvimento regional e nacional, alguns desafios devem ser postos:

1. Produção científica relevante e sistemática através do fomento ao tripé ensino, pesquisa e extensão – institucionalização de fóruns permanentes;
A produção científica alinha-se à política educacional e salvaguarda o futuro do Brasil, compreendendo o atraso e a dependência históricos, frente aos países ditos desenvolvidos. Essa dependência é sentida em todos os campos do desenvolvimento e é a responsável por travar o avanço do país, por constituir-se em atraso na mais cara moeda atual, o conhecimento. Ainda assim, é papel das IES buscar diminuir essa distância frente aos avanços científicos e tecnológicos, pois os mesmos se traduzem em qualidade de vida e dignidade para a sociedade quando esse fomento é encabeçado pelo setor público, no caso brasileiro, em contraposição aos ditames do modelo capitalista financiador desse desenvolvimento.

A mundialização do capital perpassa com força brutal os campos social, cultural, ambiental, da ciência e da tecnologia. Essa invasão dos ditames do capital mundial nesses campos, e aí inclui-se o universitário e dos Institutos, não se interessa pela interlocução, pelo intercambio, mas pelo controle. O conhecimento rende-se ao capital, não apenas o produz, mas é conduzido por interesses específicos e esse discurso, apesar de parecer antiquado, de remontar por exemplo, ao Relatório Atcon, ao discurso do Banco Mundial, está alinhado com o que o próprio Ministério da Educação tem aventado na atualidade.

A institucionalização de espaços de debate garante a socialização do conhecimento, o fortalecimento da pesquisa nacional e inserção no cenário internacional com autonomia e buscando o intercâmbio do conhecimento.

2. A formação crítica dos estudantes, desde o ensino médio à pós-graduação *stricto sensu*, atrelada à produção científica - abertura do espaço acadêmico-científico para o debate;

O comprometimento do IF Baiano com o itinerário formativo de seus estudantes constrói a imagem institucional e traz à tona a sua relevância para a sociedade. Por seu turno, seguindo um projeto sistêmico, configura-se como uma seara profícua e geradora de conhecimento capaz de contribuir para a formação de seus próprios quadros de cientistas. A interlocução com outros espaços de formação e produção do conhecimento, seja nacional ou internacional, darão densidade ao debate e à produção científica. Garante também a inserção no debate político nacional e global.

3. A inserção da comunidade no seio da instituição através da contribuição com o *know how* institucional para o desenvolvimento local – formação política e transferência de tecnologia -, visando o processo emancipatório das comunidades;

A localização dos campi do IF Baiano é diversa e idiossincrática. As demandas das comunidades locais são díspares, mas o que conecta esse ponto é que toda comunidade local necessita do diálogo com os *campi* e de seu apoio na melhoria da qualidade de vida, seja pelo acesso a educação de qualidade, seja pelo aporte financeiro advindo da simples instalação do campus naquela localidade, ou através de ações de pesquisa e extensão. Contribuir para o processo emancipatório dos locais onde os *campi* se inserem é uma obrigação ética e deve fazer parte da missão institucional. Tal relação dialógica colabora na definição dos cursos ofertados em cada localidade, assim como enseja a verticalização dos mesmos.

4. Fortalecimento da política institucional para afrodescendentes, indígenas e pessoas com deficiência através do NAPNE e NEABI - compreensão da importância das políticas de reparação e acessibilidade;

O Brasil e a Bahia, em particular, têm uma relação muito íntima com a África. Segundo Agência Brasil (03/2016), o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, e, 50,8% da população de Salvador tem ancestralidade africana, configurando-a como a cidade mais negra fora do continente africano. Mas esse mesmo país de forte ancestralidade africana tem visto seus filhos morrerem cotidianamente, vitimados por um genocídio silencioso e cruel, encoberto pela farsa da criminalidade e tráfico de drogas. Ações de empoderamento da juventude negra e também indígena precisam de efetividade dentro do IF Baiano.

Outro desafio institucional é garantir o acesso e a permanência de pessoas com necessidades específicas, garantir o aporte tecnológico e de pessoal para garantir também a formação de excelência. Destaque-se que os desafios para essa parcela da população não estão na violência física, letal, mas se encontram no preconceito e na rejeição.

O suporte ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas e ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas serão garantidos e fortalecidos como política institucional real, reavaliando-se os limites de atuação desses núcleos na prática cotidiana.

5. Diálogo permanente com os poderes instituídos: sociedade civil organizada, IES, setor público e setor privado – análise de temas sociais, ambientais, culturais e econômicos fortalecendo/resguardando o Estado Democrático de Direito e o Estado de Direito.

O desenvolvimento pressupõe a garantia das liberdades substantivas e a consciência sobre as mesmas é uma construção social. A relação dialógica com os atores que perfazem o todo da sociedade é o caminho institucional para a contribuição no processo de construção de uma sociedade mais consciente, mais justa, mais produtiva, mais inclusiva e, portanto, desenvolvida.

Identificar as instâncias de atuação social, cultural, ambiental e econômica para construir as ações institucionais é um gesto que aponta para uma relação democrática, construída considerando o cabedal de conhecimento de cada partícipe.

Essa identificação no contexto do desenvolvimento regional liga-se à compreensão das políticas públicas propostas e ao empoderamento da sociedade para o acompanhamento e análise dessas políticas por ela ser o público-alvo das mesmas. Assim, os debates, a formação continuada, a divulgação das pesquisas, a participação em fóruns, congressos, simpósios e o fomento desses eventos estarão na pauta da política do IF Baiano que se quer construir.

Outro ponto que precisa ser considerado é o alcance geográfico do IF Baiano. Considerada a teoria locacional ou mesmo a teoria de polos de desenvolvimento, pode-se constatar que o IF Baiano tem posicionamento

estratégico no que tange a possibilidade de suporte aos pontos de concentração das atividades industriais e de serviços. Essa posição estratégica garante a possibilidade de uma inserção significativa de seu contingente de formandos no mundo do trabalho, uma vez que a leitura acerca das necessidades dos setores econômicos seja considerada dentro dos espaços de debate e acerca das ofertas de cursos de formação inicial e continuada. Essa relação pode ser mais dinâmica, pressupondo parcerias com vistas ao fomento da pesquisa, garantidas a manutenção das regras de autonomia institucional.

Tais proposições garantem o fortalecimento institucional através de uma retroalimentação, ao tempo em que corroboram a construção de uma sociedade mais crítica, justa e ciente de seus direitos e deveres, compreendendo que o Estado é cada um de nós, que o IF Baiano somos nós.

V – BASES DA POLÍTICA ESTUDANTIL

Acesso e Permanência

O conjunto de políticas para o corpo discente deve ser pensado levando em consideração dois eixos centrais: acesso e permanência na universidade. A perspectiva aqui defendida é que essas políticas devem ter um teor universalista.

O eixo de acesso dos estudantes da educação básica, da graduação e da pós-graduação aos direitos sociais no âmbito do Instituto envolve o acesso à: moradia estudantil; bolsas – alimentação, estudos; assistência à saúde; acessibilidade; materiais didáticos; apoio/complemento pedagógico; transporte, entre outros.

O eixo de permanência envolve o apoio econômico-material, que é fundamental, mas deve ser ampliado para o apoio pedagógico (cursos de fundamentação diversos, acesso às tecnologias de informação e comunicação, rede de internet, bibliotecas, apoio nas CAE, para assegurar a todos os estudantes a possibilidade de conclusão de seus cursos.

1. Elaborar, coletivamente, um plano para assistência ao corpo discente no Instituto, com a participação de todos os sujeitos que integram a comunidade em todos os *campi*.

2. Discutir uma política permanente e universal de assistência estudantil, considerando as políticas emergenciais como etapa a ser superada para alcançar esse objetivo estratégico.

3. Estimular a participação do conjunto da comunidade acadêmica que atua nos cursos na elaboração de estratégias para a permanência dos estudantes na universidade.

4. Criar a Pró-reitoria de assuntos estudantis.

5. Promover ações de acolhida e acompanhamento dos estudantes pela equipe profissional da Pró-reitoria.

6. Estabelecer um plano de melhoria das condições de estudo em todos os *campi*: salas de estudo, bibliotecas, salas de multimídia, além de instalações específicas para as necessidades de cada curso.

7. Criar conselho paritário e eleito de gestão das políticas para o corpo discente.

8. Implementar política prioritária de expansão da residência estudantil gratuita.

9. Disponibilizar material didático obrigatório, físico ou digital, nas bibliotecas e laboratórios para todos os cursos, respeitando suas necessidades específicas.

10. Garantir a inclusão e acessibilidade com a oferta de instalações, equipamentos e materiais didáticos específicos para as diferentes necessidades.

11. Estabelecer interlocução com as instâncias definidoras das linhas de transporte público que atendem os *Campi* de forma a garantir acesso aos serviços de transporte.

12. Formular uma política de assistência estudantil para os estudantes de pós-graduação.

13. Implantar e melhorar os restaurantes em todos os *Campi.*

14. Propõe-se a implementação, construção e reestruturação da residência estudantil em todos os *campi*, bem como a residência estudantil feminina.

16. Construção de residência universitária em todos os *campi* que tem ensino superior URGENTE!

17. Propõe-se a criação e o fortalecimento de coletivos feministas, antirracistas e contra a LGBTfobia em todos os *campi* da instituição.

18. Propõe-se o fortalecimento e o incentivo à criação de Grêmios Estudantis, Centros e Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes, para que os estudantes da instituição tenham suas representações.

19. Propõe-se o tratamento com tolerância zero a violência, o que também inclui trotes machistas, LGBTfóbicos, racistas e agressivos.

20. Propõe-se uma grande luta institucionalizada contra os assédios morais e sexuais aos estudantes, professores (as) e servidores (as) dentro ou fora da instituição.

21. Propõe-se a publicação de editais que apoiem a produção de eventos ao qual o\a discente sejam proponentes das atividades.

22. Propõe-se a assistência periódica e psicológica de qualidade aos estudantes, professores (as) e servidores (as) de todos os *campi*.

23. Propõe-se a ampliação dos debates sobre gênero, sexo e raça.

24. Propõe-se a criação de políticas de incentivo à geração de ensino, aprendizagem e renda através do cooperativismo juvenil.

25. Propõe-se a publicação de editais em apoio às ações do Movimento Estudantil do IF Baiano, como Congresso Estudantil, Encontro de Entidades de Base, Conselho de Entidades de Base do IF Baiano, participação em Congressos da UNE, UBES, ANPG, ABES, UEB, OCLAE, CONEGs dentre outros.

26. Propõe-se que os estudantes do IF Baiano tenham pleno direito de mobilidade através de transporte institucional pela metodologia de transporte intercampi para que eles\elas possam conhecer realidades, troca de experiências, empréstimos de livros e equipamentos de outras unidades do IF Baiano.

27. Propõe-se a criação e o fortalecimento da Rádio WEB do IF Baiano.

28. Propõe-se a criação do espaço no site institucional para o fomento e publicação dos trabalhos acadêmicos dos estudantes.

29. Propõe-se a maior oferta de bolsas, com reajuste no valor dos auxílios para os estudantes assistidos.

30. Propõe-se a ampliação das bibliotecas, com acesso à internet e acervos atualizados.

31. Propõe-se a criação e construção de cinemateca para a exibição de conteúdo audiovisual em todos os *campi* do IF Baiano.

32. Dentre outras ações que deverão ser discutidas no Congresso Geral do IFBAIANO.

VI - BASES DA POLÍTICA CULTURAL

Retomamos aqui nosso maior e mais importante desafio, a construção de uma CULTURA DEMOCRÁTICA. Entendemos que toda ação humana é cultural, desde o cultivo de um alimento à construção de um prédio de aulas, e que a democracia que defendemos, participativa, coloca em movimento um modo de gestão em que

todos os indivíduos da comunidade acadêmica, servidores e estudantes, partilham da construção de forma descentralizada de nosso Instituto Federal e este estabelece uma relação orgânica com as comunidades que o circundam nos Territórios de Identidade. Uma vez que toda ação humana é cultural, somos todos detentores e produtores de cultura e, portanto, a construção de uma cultura democrática – ou seja, do povo, pelo mesmo e para este – passa pelo diálogo e pela construção colaborativa entre os indivíduos que compõem esta comunidade e entre as comunidades em que o Instituto Federal Baiano está inserido.

O Ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e todo o cotidiano da instituição estão envolvidos neste contexto, uma vez que a educação, a ciência e a gestão dos equipamentos e recursos são resultantes da ação humana. Entendemos, desta forma, que nosso instituto, cada *Campus* espalhado nos 19, dos 26, Territórios de Identidade da Bahia, é um importante e estratégico celeiro cultural produtor e difusor de cultura.

1. Defendemos que cada *Campus* do Instituto Federal Baiano deve ser acessado pelas comunidades dos Territórios de Identidade e seja entendido como um equipamento cultural público, produtor e difusor, bem como valorizador da nossa identidade, arte e cultura, garantindo acesso aos bens e serviços culturais, registrando e compartilhando a nossa memória cultural.

Esta visão dá à cultura uma dimensão bastante ampla. Mas para dimensionarmos a gestão da cultura no âmbito do Instituto Federal Baiano precisamos delimitar sua atuação e, para tanto, buscamos o entendimento de cultura expresso no Artigo 2º da Lei Orgânica da Cultura do Estado da Bahia (Lei Nº 12.365, de 30 de novembro de 2011), construída a partir da política de participação das Conferências Municipais, Territoriais e Estadual de Cultura desenvolvidos pelos municípios, pela ação do Ministério das Cidades e o Ministério da Cultura em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, mas, sobretudo, pela participação da sociedade, de gestores, produtores e agitadores culturais. “Entende-se por cultura o conjunto de traços distintivos, materiais e imateriais, intelectuais e afetivos, e as representações simbólicas, compreendendo: (I) **a dimensão simbólica**, relativa aos modos de fazer, viver e criar, ao conjunto de artefatos, textos e objetos, aos produtos mercantilizados das indústrias culturais, às expressões espontâneas e informais, aos discursos especializados das artes e dos estudos culturais, e aos sistemas de valores e crenças dos diversos segmentos da sociedade; (II) **a dimensão cidadã**, relativa à garantia dos direitos culturais à identidade e à diversidade, ao acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura, à participação na gestão pública, ao reconhecimento da autoria, à livre expressão, e à salvaguarda do patrimônio e da memória cultural; (III) **a dimensão econômica**, relativa ao desenvolvimento sustentado e inclusivo de todos os elos das cadeias produtivas e de valor da cultura”.

2. Defendemos a elaboração de uma Política Cultural para o Instituto Federal Baiano que esteja profundamente relacionada às bases da política estudantil e de pessoal, às questões da juventude e diversidade étnica, de gênero e de orientação sexual. Assim como, respeitando e garantindo acesso às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Passaram-se muitos anos desde a criação do Programa de incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (PINCEL), vinculado à Política de Assistência e Inclusão Social do Estudantil (PAISE) sem que nenhuma ação fosse realizada nas duas últimas gestões do IF BAIANO. Somente este ano, um edital destinou recursos para o programa a partir de um edital.

Somos contrários à política de edital construída e mantida na gestão passada e na atual, pois elas não respondem aos anseios da comunidade e às necessidades da instituição. Uma política de edital trata de ações eventuais e interdita suas continuidades. A CULTURA É VIVA! Não cessa, por isso, não admitimos interdição. É preciso garantir sua continuidade de forma ininterrupta, através do organismo institucional: diretorias e coordenações colaborativas, colegiados e conselhos, núcleos de estudos e grupos de pesquisa, envolvendo a administração, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e a comunidade externa nesta política.

3. É preciso estimular e proporcionar à comunidade a presença e crítica da arte, da literatura, do artesanato e dos folguedos, assim como da cultura corporal & Esportiva, do movimento e do lazer no ambiente educacional, garantindo equipamentos e recursos que contribuam com esta política. Sensibilizar para o belo, para o trabalho, para a ciência, para a vida.

Os *Campi* carecem de equipamentos (salas multilinguagem, auditórios, teatros, anfiteatros, quadras, campos, ginásios, espaços de convivência) e recursos (humanos e materiais) para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no estudo da cultura corporal & Esportiva, e do movimento, bem como, na arte. Como se não bastassem, a comunidade sente muita dificuldade em realizá-las ou fruí-las por não se encontrarem na pauta e no calendário das atividades de muitos *Campi*.

Não podemos restringir esta análise aos cursos integrados, nos quais o ensino de arte e a educação física são obrigatórios. Mas, sim, é preciso compreender que este pensamento acerca de tais equipamentos e recursos, tais bens e serviços culturais como uma análise para a construção de uma criticidade, sensibilidade e saúde dos estudantes dos cursos de nível médio (integrados e posteriores) e de nível superior (graduação e pós-graduação). As linguagens não são meramente componentes curriculares da educação básica, mas fazem parte da vida: são trabalho, ciência e cultura.

Neste sistema de equipamentos e recursos culturais não podemos negligenciar as nossas bibliotecas e laboratórios como espaços formativos, de estudo e pesquisa e que resistem com suas necessidades de pessoal, de espaço, de materiais e acervos.

4. Defendemos que a política cultural, de modo dialógico com as políticas estudantis e de pessoal, atue no fortalecimento dos Núcleos de Apoio à Pessoa com Necessidade Específica (NAPNE) e dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) e da implantação e implementação dos Núcleos de Estudos de Diversidade de Gênero e Sexual (NEDGS).

Defendemos a liberdade de cátedra, à luz do Inciso II, do Artigo 206, da Constituição Federal, de 1988. “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: […] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e acreditamos que os Institutos Federais devem (I) proporcionar e incentivar o ensino, a pesquisa e a extensão no campo da cultura; dos direitos humanos e, em especial, no que se refere (1) às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e (2) à diversidade de raça, gênero e sexo; (II) defender e construir uma cultura de conciliação, valorização e respeito às diferenças.

Infelizmente, o IF BAIANO herdou uma cultura de opressão que se vivencia cotidianamente nos mais diversos espaços institucionais. Não em todos, é preciso que se diga. Acreditamos que todos nós, juntos, temos potência para diminuir as violências intencionais, ocasionais e repetidas, praticadas no âmbito do Instituto Federal Baiano e para auxiliar contra aquelas praticadas fora do âmbito institucional a partir da construção de uma cultura de combate à opressão.

Buscamos, com isto, que o nosso instituto se torne cada vez mais um lugar agradável de aprender e de trabalhar, nos auxiliando na ampliação de nosso sentimento de pertencimento, reconhecendo e atuando de forma ética no trato com a coisa pública e reconhecendo-a como tal.

VII - BASES DA POLÍTICA DE PESSOAL

O conceito grego de política nos remete à arte de governar o bem público. Público!!! Que é isto num Estado secularmente apregoado por ideologias de direita e de espíritos tidos como de escol e escopos de uma sociedade? Uma sociedade que deveria primar pelo maior gozo possível de felicidade ‘coletiva’, sob a égide de Aristóteles visto que a socialização é meta primeira para toda e qualquer civilização mostra-nos que nos anais de sua história nos infundiram perspectivas hegemônicas por militância de estirpes, partidos e classes sociais.

Como deve pautar-se uma política de pessoal de uma escola com uma miríade de subjetividades? Acaso seria um palmilhar em searas romanescas e medievas? Seria possível um projeto de construção de uma realidade escolar, acadêmica e de vida mancomunados em interesses individuais e calcados em ideologias pagãs como o capitalismo, materialismo e o individualismo que vige desde os primórdios de revoluções sociais e mecanicistas, quando não mentecaptas, que subvertem o coletivo pelo interesse malsão do Ter perante o Ser e onde sua prevalência tomam áreas de força de caráter ‘militar’, e ‘beligerante’ donde se fundamentaram sociedades doentes e estrábicas?

Seria este o manancial de onde iremos prospectar nosso ‘modus operandi’ e nosso ‘modus vivendi’? É para reproduzirmos uma escola para elite e para as camadas mais abastardas que devemos também criar uma política de pessoal de bases exclusivistas? Se assim o for teremos uma reprodução desta sociedade estamental ‘ad infinitum’. Mas...não é isso que queremos. Existem paradigmas fundamentais e essenciais que norteiam a dignidade do homem e do cidadão. “A gente não quer só comida”. A gente não quer só dinheiro. A gente não quer só poder para empoderamento, mas para servir de basilaridade para uma construção interdisciplinar e humana.

Toda a base de política de pessoal deve primar pela consolidação ética formadoras e fundadoras da sistemática política, social e de reconhecimento e respeito à humanidade, enquanto cerne do ser humano. Não somos ‘máquinas pensantes’. Somos seres sencientes e precisamos desta guarida de calor humano e afeto. Destarte, uma política de pessoal deve vigorar com respeito à Constituição Federal e aos princípios e conceitos justos, transparentes onde o bem coletivo seja o esteio para a coletividade interna.

A administração pública neste esteio supra nos informa suas prescrições para uma administração pública numa heráldica linguística: “L. I. M. P. E". “Limpe” é a nomenclatura resumida para os arquétipos norteadores de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Todos estes encontrados como basilares na constituição federativa do Brasil no artigo 37 de 1988. Destarte, quais são seus desvelamentos cívicos, administrativos e institucionais? Vejamos abaixo:

Cumpre que para o **Princípio da Legalidade** estejamos em consonância a uma ideia e prática do Estado de Direito como primórdio da autonomia da vontade soberana: O Povo. Não obstante, consubstancia-se no Art 5º da Constituição Federal: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Isto significa que a lei como repositório da vontade popular e de sua similitude com o sentimento de pertencimento coletivo é o baluarte para o permitido. Sendo assim, não há possibilidade do administrador público usar todos os recursos da máquina estatal para fins particulares, pelo contrário deve este estar pautado no sentido de construção e execução coletiva – mesmo quando – mancomunado com seu ‘poder discricionário’ advindo do cargo ao qual representa (mesmo quando ‘indicado’ por estâncias de poder’) e que somente a lei autoriza.

Outro tema basilar é o **Princípio da Impessoalidade** no serviço público. Eis uma das maiores ofensas à caricatura de um administrador público que se pauta em seus interesses, conchavos, simpatia e perseguições. Deve o servidor público entender que as instalações e tudo que compõem um órgão é público. Com isto entendemos que o serviço público tanto objetivo, quanto subjetivo não é o ‘espaço do quintal de casa’, não é o espaço do bar, da licenciosidade política e das relações de poder e mando baseados no medo e no terror. A impessoalidade é o sinônimo maior do profissionalismo, bem como é totalmente contra a relação despótica, nepótica e de todo e qualquer privilégio de classe, social, étnica, estética etc. O símbolo maior da impessoalidade é o de tratar diferenças e desigualdades como igualdade na pessoa humana. Reservando-se os critérios e ações afirmativas e de empoderamento econômico, social, histórico e de humanismo.

Os dois cânones *supra* se amalgamam com o **Princípio da Moralidade.** Este buscando além da legalidade a finalidade precípua para o ‘agir correto’. A Ética é a mãe de todos os comportamentos sociais transparentes, porque vigora no terreno do supra-humano (para além de toda e qualquer ideologia minimalista existente). Observemos que sua ação é fundadora de documentos históricos como a “Declaração do Homem e do Cidadão”. E tendo como esteio Kant: O ser humano jamais deverá ser um meio para algo, mas sim e sempre o fim último para qualquer ação. Com isto moralidade rima com excelência humana no seu trato com o outro e consigo mesmo. A urbanidade é pedra filosofal para as relações entre servidores e população, todavia o olhar de serventia e afetividade é a ação maior da moralidade ingente numa seara pública pautada nos fins e não somente nos meios.

E como não se poderia deixar de trazer à baila temos que todas as ações apregoadas acima não teriam parecer público se não seguissem o **Princípio da Publicidade.** Com isto a letra da lei deixar límpido que toda e qualquer ação direta de vê estar pautada na legalidade, no conhecimento das ações públicas e não privadas. Deve o poder público ser transparente em suas manifestações e atuações no seio institucional e social. Pretende tal principio que seja expurgado todo e qualquer particularismo e decisões pessoais e de interesses escuso(s) que não venham a beneficiar o povo. Eis o porquê o **Princípio da Eficiência** ser basilar

para um bom administrado e sua gestão, visando a evitar gastos desnecessários do erário público e sendo o mais diligente e efetivo representante das ações de interesse público. Vale salientar que tal dispositivo foi inserido após a Emenda Constitucional nº 19/98, relativo à Reforma Administrativa do Estado. É necessário entender que o Estado não é uma empresa de linha capitalista selvagem, ou aristocrática. Todavia deve aurir alguns destes pressupostos como a utilização do bem público para as melhores possibilidades de progresso e autonomia do Estado perante a população no desenvolvimento da cidadania participativa e cidadã.

Não poderíamos deixar de citar alguns preceitos que são indiretamente influenciados e influenciadores para a Administração Pública vigente. Dentre eles citamos:

Princípio do Interesse Público

Tal dístico tem sua apreciação norteada pela relação público x privado, donde o público sempre deve ser a seara a ser seguida não por contingência, não obstante na Constituição Federal está fartamente publicizado: "todo o poder emana do povo", por isso, o interesse público irá trazer o benefício e bem-estar à população. Eis que o **Princípio da Finalidade** tem sua afinidade com os resultados mais eficazes para ligar interesse e necessidade coletiva e aspirações de excelência na qualidade de vida e trabalho para a cidadania plenificada que se imiscuem no **Princípio da Lealdade e boa-fé.** Lealdade esta não a correntes políticas, econômicas ou ideológicas exclusivistas, mas à visão coletiva, donde a boa-fé é parceiro inconteste contra os assédios, as malicias e as astuciosidades da má-fé e da incompetência que atrapalha, quando não escamoteiam direitos e deveres impostos a todos. Logo, atuar de maneira justa, correta e perfeita é estar de acordo com bom senso e com a lei. Tais requisitos irão dar subsídios para o **Princípio da Motivação** que é o fundamento pelo qual e para o qual o servidor público identificado com o direito decide sua atuação em toda e qualquer esfera administrativa e outras e que como tal irá findar nos **Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade** tendo a perspectiva de proibição dos excessos, as restrições abusiva (sem finalidade pública), mas eivados de perseguições e desajustes com as normas jurídicas e administrativas gerando uma desarmonia nos órgãos aos quais tais dissabores desnecessários e esdrúxulos incorrem competindo fragorosamente contras as normas e cumprimento dos interesses públicos vigentes.

A conclusão típica do apregoado é que não existe o interesse particular perante o público, quanto sua submissão deste (púbico) à vontade aristocráticas ou de apego ao poder. Administrar é ter uma política de base pessoal pautada na lei, nas prescrições que regem a sociedade em conformidade aos ensinamentos doutrinários fundamentais de uma visão humanista e afetiva. Toda política de pessoal deve visar ao bem público e pessoal, enquanto este submetido àquele. Afinal a palavra que define a base de política pessoal é o ATO DE SERVIR ao outro e não se servir da coisa pública.

Orientado pelos princípios indicamos acima, o IF Baiano desenvolve a política pública social de Educação, capaz de contribuir para uma sociedade mais justa e solidária, porém ao considerar que este se inscreve no bojo de um cenário nacional de retrocessos e ataques das conquistas dos direitos sociais alcançadas historicamente pelos(as) trabalhadores(as), faz-se necessário observar que estas ameaças já vem sendo implementadas nesta instituição orquestradas pelas reformas em curso pelo atual governo.

Nesta perspectiva, a Política de Gestão de Pessoas deve fundamentar-se em uma cultura organizacional respaldada em um modelo de gestão participativa com respeito a autonomia responsável na consecução das tarefas, a criatividade, o desenvolvimento pessoal e profissional, o reconhecimento institucional dos trabalhadores e as condições ambientais e instrumentais adequadas de trabalho.

Conforme propõe Ferreira (2011), a Política de Gestão com Pessoas deve alcançar três dimensões interdependentes com vistas à Qualidade de Vida no Trabalho, a saber: vigilância em saúde e segurança, assistência psicossocial aos trabalhadores, promoção do bem-estar no trabalho.

O mote da política de pessoal é a reorganização dos processos de trabalho no Instituto Federal Baiano, a fim de alterar a base técnica de gestão que a constitui. Tal debate será feito no Congresso Geral do IFBAIANO, quando dialogaremos com a comunidade interna e extensa, com especialistas, com a legislação e com a produção do conhecimento sobre as formas de gestão do trabalho na atualidade, sobre o estranhamento no

trabalho, na atividade produtiva, o estranhamento do próprio indivíduo com sua atividade e consigo mesmo, o que tem gerado a condição de sofrimento psíquico aos trabalhadores.

Dentre tantas proposições, indicamos:

Alteraremos de forma intransigente esta situação, pois entendemos que o trabalho é espaço de produção de vida e não produção de medo, de (des)personalização, de morte, como tem acontecido ao trabalhador técnico e docente em nossa instituição. Para constatar é só avaliar a elevação no número de perícias médicas realizadas pelo IFBAIANO, que, aparentemente, constitui dado relevante diante da situação tínhamos, entretanto, a face oculta do dado revela a ampliação do adoecimento dos servidores.

1. Implementação de um Programa de redimensionamento e reenquadramento do pessoal técnico-administrativo;

2. Publicização efetiva das ações da Pró-Reitoria da Gestão com Pessoas;

3. Criação de banco de dados contendo formação profissional e competências do(as) trabalhadores(as) Técnicos Administrativos e docente e interesse em realizar novas atividades, dentro das atribuições dos respectivos cargos, para as futuras realocações;

4. Politica de Capacitação fundada na adequação da formação profissional, acadêmica e valorização da carreira do pessoal técnico-administrativo e docente, principalmente em cursos de graduação e pós-graduação;

5. Implementar condições que propicie aos técnico-administrativos a realização de Projetos de pesquisa e extensão;

6. Não a precipitação de políticas que promovam o sucateamento do PCCTAE, devendo fortalecer as iniciativas que possibilitem a reinserção dos cargos atualmente executados por terceirizados na carreira dos técnico-administrativos;

7. Fortalecimento da Unidade SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal IF Baiano em conformidade com Decreto nº 6.833/2009, que abrange coordenar e integrar ações nas áreas de perícia oficial em saúde, vigilância aos ambientes e processos de trabalho, promoção e acompanhamento da saúde dos servidores, objetivando avaliar o estado de saúde e intervir no processo de adoecimento, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho;

8. Garantir condições para a realização de ações de promoção e vigilância à saúde de forma a alcançar todos os Campi;

9. Elaboração de Programa de educação para aposentadoria com vistas ao acompanhamento do processo de aposentadoria e das condições de vida de aposentados e pensionistas;

10. Construção de mecanismos que promovam e garantam um ambiente de trabalho saudável por meio da implementação de Politica de Qualidade de Vida no Trabalho com participação dos(as) trabalhadores(as) em todos os processos;

11. Fomentar ampla discussão e adoção de medidas contra a prática de assédio moral, calúnia, difamação e injuria;

12. Transparência e celeridade nos processos de remoção;

13. Revisão, com ampla participação dos técnicos administrativos do programa de licença para capacitação e afastamento;

14. Apoio financeiro a capacitação;

15. Flexibilização da jornada de trabalho para todos os técnicos.

VIII – CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO IFBAIANO

- Montar um programa de apoio à internacionalização;
- Criar um Centro de Referencia em Letras, oferecendo cursos de línguas estrangeiras, português, libras, leitura e produção de textos, para realização de curso de formação amplo, aberto ao público em geral, e para apoiar a internacionalização;
- Respeitar e manter os acordos internacionais já existentes: No site do IFBaiano tem que, atualmente, o IFBaiano conta com cinco protocolos de intenções firmados com instituições estrangeiras. São elas: Instituto Politécnico do Porto (Portugal), Universidade os Montes e Alto-Douro (Portugal), Instituto Politécnico de Castelo Branco (Portugal), *Institut de Technologie Agroalimentarie* (Canadá) e Escola Prática de Agricultura de Binguela (República de Camarões).
- Os acordos/convênios para cooperação acadêmica internacional deverá ser um instrumento que respalda e viabiliza parcerias acadêmicas com instituições estrangeiras, podendo ser bilaterais ou multilaterais. Em respeito à legislação brasileira, e em consonância com a legislação internacional, quanto aos tratados internacionais, a validade dos acordos, salvo exceções, pode ser de até de cinco anos, podendo ser renovados quando do interesse das partes pactuantes
- O estabelecimento de um Acordo surge do interesse de um instituto, unidade, departamento, programa, grupo de pesquisa e/ou pesquisador, ou órgão do IFBaiano, e/ou da intenção recíproca de alguma instituição estrangeira;
- Aproveitar os potenciais de nossos servidores;
- Mobilidade acadêmica internacional!

Aqui estão algumas dimensões de nossa realidade e possibilidade como Instituição social!

Por um Instituto Federal Baiano
autônomo, participativo, transparente e sem medo!

#apoioMAGNOreitor